

ATA Nº 2 /2025
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
30 /04/2025

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

Aos trinta dias do mês de abril de 2025, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no ÁTRIUM RAÚL ALMEIDA, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Nelson Maltez, secretariado pelo Sr. José Luís Pimental Lavrador 1.º Secretário, e pelo Sr.^a Regina Maria Duarte Serrano], 2.º Secretário, com a seguinte Ordem do Dia:-----

Ponto 1 – Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

PONTO DOIS: Para apreciação e votação - Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2024 e do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais. -----

PONTO TRÊS: Para votação - Abertura do procedimento de venda dos lotes de terreno nº 25 e 33 para construção de habitação própria inseridos no Plano de Mod.DAJ.028.01 pág. 2/2 Pormenor do setor poente de Carromeu - Designação da data de afixação de edital e definição dos lotes para alienação. -----

PONTO QUATRO: Para votação - Alteração ao regulamento municipal de atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior residentes no concelho de mira – aprovação e remessa à assembleia municipal – Aprovação final. -----

PONTO CINCO: Para ratificação do ato - Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque – AIBAP. -----

PONTO SEIS: Para apreciação, discussão e votação - Despacho suspensão da execução das ordens de demolição na área do Plano de Pormenor da Videira Sul, em elaboração - Renovação adicional- 2025. -----

PONTO SETE: Tomada de conhecimento - Assunção de compromissos plurianuais. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----

A mesa ficou constituída pelo seu Presidente Nelson Maltez, pelo primeiro secretário José Lavrador e pelo segundo-secretário, Regina Serrano. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, e os Vereadores Dr. Tiago Daniel Cruz, Dr.^a Madalena Isabel Colaço dos Santos, Dr. Bruno José Milheirão Alcaide, Dr.^a Adriana Milene Ascensão Sousa.

PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: : Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, José Luís Pimentel Lavrador, João Luís dos Santos Marques de Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Guida Filomena de Jesus Reigota, Paulo Jorge dos Santos Grego, Armindo Faneca (em substituição de Eurico Petronilho Martins), Telma Milena Magueta Salvador, Carolina Neves Reigota (em substituição de Andreia Sofia Simãozinho Petornilho), Vasco Mingatos (em substituição de Pedro Jorge Morais Laranjeiro), Manuel Ferreira Inocêncio, António Manuel Teixeira da Silva, Sara Patrícia Ferreira Braguez, João Pedro Ventura Lopes de Almeida, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Maria Clara Simões Clemente, Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, Francisco Daniel Soares Reigota, Fernanda da Conceição Domingues Seabra, Carla Cristina Conceição dos Santos.-----

HORA DE ABERTURA: A reunião teve início às dezassete horas tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA: -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.^a INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

---- **Interveio a Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, Carla Santos (PSD)**, que após os habituais cumprimentos agradeceu aos serviços e apoio prestado pelo município na limpeza de caminhos junto à Vala Velha, na freguesia de Carapelhos, reconheciam o esforço. Tendo em conta a escassez de recursos, questionavam qual a previsão para a conclusão da limpeza daqueles recursos hídricos. Informou que as infestantes da parte limpa já começavam a aparecer e já estavam a prever a manutenção, para breve, do espaço que foi limpo anteriormente. Disse que tinha verificado a presença de uma equipa de topógrafos na freguesia, questionava se os trabalhos de saneamento iriam começar na sua freguesia? Quanto às comemorações dos 51 anos do 25 de abril e à homenagem prestada a Raúl Almeida, considerava que se tratava de uma homenagem devida e merecida, não lhe chocava o dia escolhido embora houvessem opiniões divergentes, afinal tinha sido para isso mesmo que o 25 de abril tinha surgido, para garantir a liberdade de expressão, contudo lamentava profundamente o ato de vandalismo que tinha ocorrido naquela noite, esperava sinceramente que os responsáveis fossem identificados e responsabilizados pelos seus atos. Convidou todos a participar nos eventos que iriam decorrer durante o mês de maio na freguesia de Carapelhos, nomeadamente, a concentração motard, o festival do rancho folclórico, a feira dos grelos e uma corrida caminhada, estavam todos convidados a aparecer na sua freguesia durante aqueles dias. -----

---- **Interveio a Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Fernanda Seabra (PSD)**, que após os habituais cumprimentos felicitou o Executivo Municipal na pessoa do Sr. Presidente Artur Fresco pela organização das cerimónias comemorativas do 25 de abril, com várias iniciativas que muito bem assinalaram aquela data importantíssima para o país. Ficaria também na história do concelho de Mira pela sentida e justa homenagem prestada ao saudoso Raúl Almeida. Também lamentou o sucedido com a placa inaugurada. Assinalou a forma como aquele executivo demonstrou uma grande capacidade de resposta às

emergências causadas pelo apagão daquela segunda-feira, o Sr. Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e os serviços da proteção civil na pessoa do Dr. Ângelo Costa, estavam de parabéns. Em nome da junta de freguesia do Seixo agradeceu tudo o que foi feito em prol da resolução dos problemas da população. Deu a conhecer a última iniciativa realizada no Seixo, intitulada “Seixo a Caminho de Fátima”, uma organização da junta de freguesia e da ACR que tinha levado setenta e três peregrinos a Fátima a pé, que apesar de ser uma iniciativa do Seixo de Mira, foram muitos os participantes de todas as partes do concelho, o que os deixou muito sensibilizados. Referiu ainda a construção de recolha de resíduos verdes em parceria com a empresa SIRO, aquela iniciativa “Seixo Aldeia Verde Digitalmente Inclusiva e Cultural” que se encontrava em fase de conclusão, e pretendia criar um espaço onde os resíduos verdes pudessem ser depositados em alternativa aos verdes, para que depois pudessem ser recolhidos pela empresa SIRO. Assinalou ainda o evento “Favas à Moda” que iria decorrer na Casa Gandaresa para o qual convidou todos a que se inscrevessem. -----

---- **Inteiveio o Presidente da junta de freguesia da Praia de Mira, Francisco Reigota (PS)**, que após os habituais cumprimentos referiu que a sua intervenção iria começar com o que era uma inquietação de muitos Mirenses, a crescente sensação de insegurança no concelho. Eram cada vez mais frequentes os episódios de vandalismo, degradação de espaços públicos, o medo nas ruas. Não era apenas uma perceção, era uma realidade visível, sentida e ignorada por quem os governava. O tribunal de Mira estava praticamente encerrado, a oportunidade de terem um palácio da justiça tinha sido desperdiçada, tinha perdido uma estrutura essencial para a coesão e para a justiça no seu território. O posto da GNR da Praia de Mira estava praticamente desativado, a falta de efetivos era evidente, não havia patrulhas visíveis nem presença no terreno. Perguntavam onde estava o plano de segurança? Onde estavam as respostas? Nada viam, nada ouviam, nada se fazia. O PS Mira condenava todas as formas

de vandalismo e más práticas, viessem de onde viessem. Defendiam a ordem, o civismo e o bem comum, mas também condenavam o populismo e a exploração de temas sensíveis com fins políticos. Não era com aproveitamento que se construíam soluções, era com trabalho sério, estruturado e planeado. Naquele dia tinham sido surpreendidos com uma publicação nas redes sociais, pelo Sr. Artur Fresco, onde surgia uma imagem que dava a entender ter havido vandalismo no espaço onde se encontravam. Ficaram preocupados com tal situação e foram também perguntar e tentar obter maiores e mais respostas. Não sabiam se tinha havido vandalismo ou não no espaço, mas deslocaram-se ao local acompanhado de dois colaboradores da câmara municipal, e a opinião comum era de aquela estrutura era frágil e podia ter cedido por si só. Condenavam qualquer tipo de vandalismo e achavam que devia ser investigada até à última qualquer tipo de ação que pudesse ter existido, mas também condenavam qualquer tipo de populismo que pudesse existir à volta daqueles temas. Não tinham medo de dar a cara, tinham nome, tinham rosto, tinham proposta e diariamente trabalhavam perante o povo. Não se escondiam em perfis falsos e em campanhas anónimas, e não admitiam que os tentassem associar a comportamentos que rejeitavam. Queriam ser parte da solução, por isso iam apresentar propostas concretas às entidades responsáveis na área da segurança, justiça e coesão social, com ações reais, com impacto e com responsabilidade. Estariam sempre do lado das pessoas, das famílias e da comunidade. Exigiam respeito por eles e pelos seus valores e acima de tudo por Mira. -----

---- **Interveio o Presidente de Junta de Mira, Carlos Costa (PSD)**, que após os habituais cumprimentos quis enaltecer o arranque dos trabalhos na 109, que era uma lacuna naquela via. Relembrou o arranque das obras de requalificação no Largo 5 de outubro, em Portomar, que estavam a desenrolar dentro da normalidade. Referiu que lhe tinha sido solicitado a colocação de lombas de abrandamento na Rua da Fonte no Colmeal, era uma via com algum movimento

que colocava em perigo crianças e adultos que ali circulavam, queria ver qual era a possibilidade de ser feito. Sugeriu ainda uma passeadeira na Rua Fernandes Costa junto ao Intermarché, que era uma zona onde circulavam muitas pessoas e existiam alguns constrangimentos na saída do Intermarché que tinha provocado alguns acidentes, assim como na Rua Nova do Salão uma lombagem junto à casa do Sr. Isidoro no sentido Norte-Sul, havia viaturas que faziam aquela curva com muita velocidade. Em relação ao apagão que tinham tido na última segunda-feira 28, agradeceu em nome da Junta de Freguesia de Mira à Câmara Municipal de Mira, à Proteção Civil Municipal, Bombeiros Voluntário de Mira, GNR de Mira, Juntas de Freguesia entre outros agentes de Proteção Civil, a forma célere e organizada como decorreram os trabalhos para minimizar os prejuízos e o apoio às pessoas mais vulneráveis do Concelho de Mira. Referente ao ATRIUM disse que após ver o que viu ficava sem palavras para descrever tamanha barbaridade e falta de civismo. Convidou todos a estarem presentes na segunda edição do festival “Favas à nossa Moda” no fim de semana de 9, 10 e 11 de maio no Jardim do Visconde em Mira. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Presidente da Câmara (PSD)**, que após os habituais cumprimentos referiu que relativamente às comemorações do 25 de abril, respondendo às Juntas de Freguesia do Seixo, Carapelhos e de Mira, como sempre tinham tido as comemorações que já vinham a ser realizadas desde 2014, onde faziam cerimónias oficiais e quase sempre acompanhadas por homenagens que eram feitas a instituições, a pessoas singulares, a pessoas coletivas, tirando os anos em que houve COVID e que simbolicamente tinham realizado 2 concertos online. Daquela vez escolheram homenagear o antigo Presidente da Câmara, Dr. Raúl Almeida, quem esteve presente teve

oportunidade do que tinha sido dito e da justificação para homenagear aquela pessoa. Pensava que era mais que justo, tinha decorrido dentro da normalidade e tinha sido uma justa e merecida homenagem. A colaboração de todos tinha sido muito importante, e cada grupo parlamentar tinha tido oportunidade de manifestar os seus sentimentos relativamente ao 25 de abril e também relativamente à homenagem. A liberdade era isso mesmo, permitia-lhes dizer aquilo que entendessem. Não concordavam com tudo o que se dizia, mas tinham o direito de o manifestar. Respondeu diretamente à Junta de Freguesia dos Carapelhos, sabiam que a limpeza das valas não estava completa, tinham sempre dificuldades em coordenar os trabalhos através dos operadores e das máquinas que tinham no município, porque tinham quatro Juntas de Freguesia e existiam vários locais, nomeadamente as linhas de água, a precisar de intervenção. Alguns locais tinham linhas de água acompanhados de lagos o que demorava mais na intervenção. Alguns daqueles lagos tinham infestantes em grandes quantidades, que ocupavam os operacionais durante muito mais tempo. Os mecanismos tinham sido deslocados para a Freguesia de Carapelhos, fizeram o trabalho durante algum tempo, foram deslocados para outro local, tinham a noção de que os trabalhos não tinham ficado completos, assim que possível, faria novamente reagendamento para voltarem à freguesia para concluírem os trabalhos que fossem necessários. Os topógrafos que andavam na freguesia dos Carapelhos eram contratados pela ABMG, que estavam a fazer o levantamento das cotas para fazerem o saneamento. Havia ruas que seriam prioritárias, mas tinham de fazer o levantamento de toda a Freguesia primeiro para depois definir as ruas que iam ser intervencionadas. Não seria feito tudo de uma vez, mas sim por partes. Relativamente à Junta de Freguesia do Seixo, louvava as iniciativas que a junta tinha realizado, no caso concreto a iniciativa dos resíduos verdes em parceria, era um bom exemplo e por ali se podiam pautar para que em termos de intervenções semelhantes, sempre que possível, porque era assim que as coisas em termos experimentais resultavam, e depois podiam

ser implementados para funcionamentos futuros. Relativamente à parte do apagão, transversal a quase todas as Juntas de Freguesia, disse que tiveram uma situação inesperada não só em Mira, mas no país inteiro, e quando tiveram a consciência era mesmo a nível internacional. Situações inesperadas exigiam que se tomassem medidas repentinas, medidas que após a sua ponderação tinham de ser tomadas. Fizeram o que tinham de fazer, reuniram com autoridades e tomaram uma decisão. Decisões essas tomadas em consciência e de acordo com todos numa reunião que existiu no salão dos Bombeiros Voluntários de Mira, e que lhes permitiu fazer, não só uma avaliação da situação que estavam a viver, mas também programar as ações que iriam ser implementadas no terreno. As Juntas de Freguesia, as Forças de Segurança, GNR, Bombeiros, ABMG, Agrupamento de Escolas, IPSS e a Saúde, estiveram todos envolvidos para tomarem aquelas decisões. Estavam preocupados com os cuidados de saúde para os que mais necessitavam, a garantia dos medicamentos que precisavam de frio para manter e conservar, mas também a assistência aos mais necessitados que passavam muitas vezes por energias para métodos artificiais de respiração, por exemplo, que não havendo energia se tornava num problema grave. O fornecimento de água era umas das prioridades também, e estavam preocupados pelo que podia acontecer a nível do saneamento que, as bombas deixando de funcionar, tudo se transformava em problemas sérios que poderiam vir a ser muito graves. Foram todos os assuntos debatidos lá, agradeceu a presença de todos os que estiveram envolvidos, tinham ativado o Plano de Emergência Municipal e Proteção Civil, que garantiu também tomar algumas decisões, que, se o plano não estivesse ativo não podia ser implementado. Felizmente a energia tinha regressado nessa mesma noite, portanto, algumas das ações que tinham previsto tinham ficado em standby para perceber se a energia que tinha regressado era definitiva, ou ainda não, portanto, tinha resultado melhor do que esperavam e todas as fontes de energia alternativas, nomeadamente geradores que tinham previsto para os

reservatórios e para as bombas de abastecimento nos depósitos de água, acabaram por trabalhar com energia própria. Tinha havido algum tempo em que algumas localidades e ruas tinham ficado sem abastecimento, mas foram repostas assim que possível. Aqueles constrangimentos traziam sempre alguma coloração na água quando era reposta, agradeceu a colaboração de todos e a compreensão para quando aqueles eventos surgiam estarem atentos e preparados. A população não estava preparada para aquelas coisas, muitas vezes tinham reações apressadas que provocavam filas e constrangimentos em determinados locais, como bombas de abastecimento de combustível, ou corrida aos hipermercados, pedia que houvesse sempre alguma contenção até perceberem a gravidade e o prolongar das situações antes de precipitações. Felizmente tinha ficado tudo regularizado em curto espaço de tempo e estavam a voltar à normalidade. Deixou uma palavra ainda para o Agrupamento de Escolas que, mesmo na incerteza, e onde alguns agrupamentos tinham cancelado as aulas para o dia seguinte, eles tiveram a espera e a ponderação necessária para garantir o fornecimento de água e refeições no Agrupamento de Escolas, não tendo sido necessário o cancelamento das atividades letivas. Relativamente à Junta de Freguesia da Praia de Mira, o Sr. Presidente tinha falado em insegurança, medo, vandalismo, forças de segurança que não atuavam como devia ser, tribunal preste a encerrar, algum populismo e alguma falta de respeito, sinceramente não percebia, se se tinha sentido afetado em algumas das publicações que foram realizadas, em algumas das palavras que foram dadas para aquelas mesmas publicações, no seu entender, se tinha ficado ofendido com qualquer das publicações que tinham surgido nas redes sociais, ou por qualquer outro motivo, não via porque é que, ele pessoalmente ou o município tivessem alguma coisa que ser apontados relativamente àquilo. Relativamente às situações que se viviam de insegurança, de alguns atos que seriam condenáveis, tinham assistido no Concelho algumas dessas situações. As forças de segurança estavam alertadas para aquelas eventualidades,

obviamente não teriam os meios que todos gostariam que tivessem para acudir em tempo útil e a todas as situações, em vários pontos ao mesmo tempo, de qualquer forma sempre que tinham necessidade faziam o reporte e estavam em perfeita articulação com eles. Relativamente à Junta de Freguesia de Mira, há muito que se previa a intervenção nas tampas de saneamento e das águas pluviais na estrada nacional 109. Era uma intervenção da ABMG juntamente com o Município de Mira em três fases, duas delas estavam concluídas, faltava ainda um troço que exigia corte de trânsito e que ia causar alguns constrangimentos na deslocação, mas aquelas obras causavam sempre algum transtorno, pedia a todos compreensão e que se desviassem pelas vias alternativas. As obras do Largo de Portomar estavam a decorrer a bom ritmo, iniciaram-se com algum atraso, mas a duração seria até final de junho, e pelo seu decorrer previa-se que estivessem concluídas dentro do prazo. Relativamente às lombas de redução de velocidade, tinha apontado o que tinha referido, e à passadeira elevada junto ao Intermarché, era um caso que tinham de averiguar se aquele troço da 234 juntamente com a via alternativa se estava na alçada Municipal, ou se tinham de pedir autorização para o fazer uma intervenção naquele local. Reparou que todas as Freguesias, exceto a Freguesia da Praia, tinham referido os eventos que tinham, eram vários e bons, teriam o calendário preenchido, era uma questão de saber gerir as agendas e saber participar em tudo o que tinham ali sido convidados. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, que depois dos habituais cumprimentos, disse que, ainda sobre o discurso do Sr. Presidente da Câmara sobre o 25 de abril, onde entre outras obras eleitoralistas anunciou a execução de saneamento para todo o concelho, mormente para a zona sul do concelho, portanto, o mesmo discurso que tinham tido há 12 anos. Tinham sido as várias

vezes que tinham indagado o executivo sobre a calendarização das obras de saneamento, o que foram respondendo que as responsabilidades daquelas obras tinham a ver com a ABMG, questionou como é que ficavam, se não tinha a ver com a ABMG, mas sim com a câmara? A única obra de saneamento que estava a sair dos cofres da câmara era a obra de Portomar. Como é que justificava o Sr. Presidente a escolha daquela, em detrimento de todas as outras zonas do concelho que não tinham saneamento? E mesmo em Portomar, não havia outras zonas com maior densidade populacional que merecessem o mesmo tratamento? Disse ainda que no dia do apagão a determinada altura ficaram também sem água, deixavam a sugestão ao Sr. Presidente da Câmara que tinha anunciado obras de milhões de euros, que tirasse uns milhares para investir em geradores com vista à prevenção de uma eventual situação idêntica, e para que pelo menos aquilo que era da competência do Município não lhes voltasse a faltar, que era o caso da água devido à falta de energia elétrica. -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, que após os habituais cumprimentos, referiu o nome da vespa australiana que estava a combater a invasora da acácia das espigas, e que a Universidade de Coimbra tinha confirmado, poucos dias antes, a segurança daquele agente e a excelente expressão pelos concelhos de Mira, Vagos e Cantanhede. Assim quis endereçar os seus parabéns aos militantes e simpatizantes do partido CHEGA, que sem qualquer apoio institucional ou associativo, dispersaram o agente em alguns pontos estratégicos do concelho de Mira tendo em atenção os ventos predominantes. O Município de Mira não fez nada por aquela dispersão, ao contrário de Cantanhede e Vagos, que realizaram inúmeras iniciativas naquele sentido, nomeadamente com o agrupamento de escuteiros. Já tinha alertado para a pouca floração das espigas da acácia, e na última primavera ela tinha sido praticamente inexistente. Congratulou também o executivo por finalmente reparar as tampas de saneamento na estrada nacional 109, era prática normal nas estradas nacionais e aquela só pecava por tardia, esperava também que

reparassem os postes de madeira na eurovelo. Seria também pertinente solicitar à concessionária da A17 a limpeza dos viadutos. O viaduto entre Carapelhos e a Presa estava coberto de acácias espigas, tal como o viaduto junto à zona Industrial do Montalvo, aquela intervenção era extremamente urgente. Em resultado dos bugalhos provocados pela vespa australiana, e há quase inexistência de floração, elas ficavam pesadas e acabavam por tombar sobre o caminho, e acabavam por formar já quase um túnel. Pediu também á Junta de Freguesia de Mira que limpasse os caminhos que davam acesso àqueles viadutos, que em muitos deles já só se passava mesmo de trator ou jipe. Questionou ainda o executivo relativamente ao autocarro municipal, já não era a primeira vez os relatos e suprimimento e anulação dos serviços programados pelo autocarro, salientou que era extremamente difícil planear e conciliar visitas de estudo tendo em atenção o calendário escolar, o cancelamento em cima da hora acabava por ser frustrante não só para as crianças, para os encarregados de educação que muitas vezes pagavam a visita e depois não eram ressarcidos, e também para o docentes que viam muitas vezes o seu trabalho inglório e se sentiam desiludidos pela falta de respeito pelo seu trabalho e empenho, gostariam de um esclarecimento relativamente àquilo. -----

---- **Interveio a Deputada Telma Salvador (PSD)**, que após os habituais cumprimentos, parabenizou o Executivo Municipal por mais uma edição do “Mira à Mesa”, que divulgava a gastronomia local e o concelho. Congratulou também pelas obras na lota da Praia de Mira que andavam a bom ritmo e em tempo útil. Questionou ainda sobre o ponto de situação do investimento na praia fluvial na Barrinha da Praia de Mira, ainda nada era visível no terreno. Agradeceu e parabenizou o Sr. Presidente e o seu Executivo, enquanto Município, enquanto membro daquela assembleia, e enquanto amiga e da família pela bela homenagem prestada no passado 25 abril ao saudoso Raúl Almeida. Foi uma homenagem mais que merecida por tudo o que tinha dado e feito pelo concelho, primeiro enquanto membro daquela assembleia municipal, posteriormente ao

trabalho realizado ao longo de dez anos enquanto Presidente da Câmara Municipal de Mira, e finalmente, enquanto Presidente do Turismo do Centro de Portugal. Mas infelizmente não podia deixar de manifestar ali a sua profunda tristeza, revolta e até vergonha alheia pelas críticas e insinuações que se tinha assistido nos últimos dias nas redes sociais. Naquela manhã alguém lhe tinha dito que não pensasse que ele era algum santo, não pensava que era santo, santo era Cristo e até ele tinha sido crucificado. Todos tinham defeitos, mas aquela homenagem foi ao Presidente da Câmara Raúl Almeida, que desde que tinha memória, e tinha quarenta e um anos, não tinham tido outro que se assemelhasse em obra, em capacidade de trabalho, em relacionamento com as pessoas, de total abnegação e dedicação à causa pública. Aquelas homenagens, salvo devido respeito por opinião diversa não tinham tempo, não tinham lugar adequado, eram sempre devidas e bem-vindas quando prestadas. Quanto às críticas, à imagem e ao logo criado, utilizou a frase criada por um amigo, que é seu e que era dele, *“Cada um via o que queria e os seus olhos que viam com o coração, viam o seu amigo Raúl Almeida, apenas e tão só”*. Deixou ainda um recado para todos aqueles que tanto mal dele disseram e lhe fizeram que por pura maldade, muitas vezes por politiquice, o chegaram a atacar onde mais lhe doía no seio da sua família, que tivessem decoro e respeito à sua memória e que não viessem agora intitular-se de seus amigos pessoais, e pasme-se, após incitarem ao ódio com publicações absolutamente inapropriadas e desrespeitosas nas redes sociais, que levaram a perpetrar ou perpetraram eles próprios os atos de vandalismo verificados naquele dia, naquele edifício, que viessem agora mostrar-se indignados com tais atos, numa página da internet anónima sem nunca dar a cara, a isso chamava pouca vergonha, hipocrisia e cobardia. O Raúl tinha deixado família, esposa e dois filhos, tão recentemente que inevitavelmente ainda faziam o luto, eles e todos aqueles que realmente foram seus amigos. Tinha tido a honra e o privilégio de ser sua amiga, que não os sujeitassem a ouvir, a ler e a assistir a tamanhas barbaridades, que tivessem

respeito, aquilo não era a sua terra, aquilo não era Mira. Dirigiu-se ao Sr. Presidente pedindo que não levasse a peito aquelas críticas que não eram mais que uma forma vil, insultuosa e desonesta de aproveitamento, pois tinha a firme convicção de que o Sr. Presidente podia continuar o excelente trabalho iniciado pelo seu amigo Raúl Almeida, tinham características em comum e eram absolutamente imprescindíveis para um bom trabalho, a honestidade e seriedade. Era isso que efetivamente fazia falta ao Concelho e ao País, pessoas honestas, sérias, com provas dadas a nível pessoal e a nível profissional que tanto tinha faltado nos últimos tempos. Bastava de clientela partidária que nunca experimentaram governar a sua vida profissional, a sua casa, a sua vida pessoal e pretendiam governar concelhos e um país. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----**Interveio o Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu ao Sr. Deputado Carlos Nora, que as obras de saneamento para todo o Concelho que tinha falado no seu discurso na cerimónia do 25 de abril, tinha sido acompanhada de estudo junto com a ABMG, para a implementação de estações elevatórias no sul do Concelho, para puderem pensar em realizar as obras de saneamento. Sem aquele estudo não saberiam fazer a sua implementação. Tinha falado também em algumas povoações, nomeadamente Lagoa, Presa, Valeirinha e Carapelhos que a curto prazo, existindo já o estudo, teriam implementadas algumas ruas de saneamento. Tinha sido assim que se tinha referido ao saneamento, de uma forma genérica e geral no Concelho todo. As obras de saneamento de Portomar, não sabia se se estava a referir às obras de saneamento que a obra que estava em execução no Largo 5 de outubro, se fosse relativamente àquelas a ABMG estava a assegurar que quando fossem realizadas as obras de calçada junto das habitações, que fosse revisto como estava o estado das condutas de

saneamento para haver ou não necessidade de as fazer e de as repor de novo. Relativamente às outras artérias, se é que era disso que estava a falar, em Portomar, entendiam que para fazer asfaltamento de ruas tinham primeiro que, para não desperdiçar e uma vez que se tratavam de ligações finais de rede, em algumas artérias havia aquela necessidade, consultada a ABMG era quase impossível a sua realização atempadamente para que se concretizasse o asfaltamento, nesse intuito não se substituíram à ABMG mas fizeram o trabalho que deveria ser feito, e à posteriori fariam o encontro das despesas do Município para a realização do saneamento, e só depois o asfaltamento. Relativamente ao apagão, para evitar que faltasse a água na rede, os investimentos em geradores eram primordiais. Como tinha o Deputado começado a sua intervenção a dizer que a Câmara se estava a substituir à ABMG na realização de saneamento, se calhar também se estavam ali a substituir à ABMG na aquisição de geradores pois teria de ser a ABMG que teria de os ter para garantir o abastecimento da água, mas obviamente que estava nos seus planos fazer aquela aquisição. Até porque tinham tido de se socorrer de duas situações externas à Câmara Municipal para fazer aquele serviço, dois geradores que tinham sido necessários e que não eram do Município para responder ao abastecimento de água. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Augusto Miranda sobre visitas de estudo, tinham problemas mecânicos no autocarro que teve que ir para reparação e todos os agendamentos que estavam previstos para dar cobertura aos pedidos efetuados, não só a nível do Agrupamento de Escolas mas também nas Associações, ficou suspenso e nesse sentido tinham tentado dar resposta por outros meios, ou em aluguer de autocarros quando o número de pessoas a isso obrigava, ou através da carrinha de dezasseis lugares mais as carrinhas de nove lugares, como já tinha sido o caso. Não tendo ainda noção do tempo que demoraria até ficar operacional, tinham de remediar a situação. Relativamente à vespa australiana, às acácias, informou que Mira com a Escola Agrária tinham monitorizado as acácias, a evolução tinha sido favorável, não tinha sido ainda

proposto pela escolas as iniciativas, de qualquer forma tinham uma iniciativa, deixava já ali o convite, chamava-se “Na Mira das Invasoras – Conhece e Restaura”, ia acontecer no dia 10 de maio pelas 9.30h na Praia de Mira, no Parque Campismo Municipal, às 21h o Seixo na Casa Gandaresa tinham uma palestra sobre “ Controlo de Acácia de Espigas e Suas Esgalhas”, deixava o convite para aquela iniciativa. Quanto à limpeza dos viadutos, volta e meia ia ali aquela chamada de atenção, os viadutos eram sobre as autoestradas e, portanto, tinham sempre a necessidade de fazer aquela intervenção embora a competência não fosse da Câmara, mas estava ali o registo feito. Quanto à intervenção da Deputada Telma Salvador, sim, o Mira à Mesa tinha sido mais uma edição, conjuntamente com outras iniciativas gastronómicas que tinham, era a divulgação do património da região naquele aspeto, divulgação dos produtos endógenos e da maneira de cozinhar gandaresa. Foi mais um sucesso embora o tempo no primeiro fim de semana não tivesse ajudado muito, mas tinha sido mais um sucesso e, portanto, era para continuar. As obras na lota decorriam a bom ritmo, previa-se que ficariam concluídas dentro do prazo estipulado. Após a sua conclusão teriam ali, além do pavilhão da lota, todos os outros na sua envolvente em condições de durabilidade por muitos mais anos porque o sistema das águas pluviais, por exemplo, era novo, era diferente e, portanto, esperavam que fosse duradouro. Relativamente à Praia Fluvial, o concurso tinha tido apenas uma proposta que foi ganhadora, que depois não se concluiu a efetivação por parte da empresa para garantir a obra. Nesse sentido optaram pelos seus meios realizar alguns trabalhos, contratualizaram partes do que seria a sua envolvente, nomeadamente a instalação de regas para o jardim, para a estrutura que serviria de apoio e para o tanque que ficaria na Barrinha. Dentro de uma semana iniciariam os trabalhos, estavam ainda dentro do prazo, estimavam que no início da época balnear estivesse em funcionamento. Relativamente ao caso da homenagem a Raúl Almeida, a intervenção da Deputada espelhava os seus sentimentos, concordava com tudo o que tinha dito. Os atos de vandalismo eram

sempre condenáveis e ao que tinham constatado naquela manhã, as autoridades tinham sido chamadas, tinham estado no local, apreciaram, estudaram os resíduos, a forma como tudo poderia ter acontecido, iam aguardar que houvesse desenvolvimentos naquela investigação e esperavam que se chegasse a alguma conclusão. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado António José (PS)**, que após os habituais cumprimentos informou que traria ali duas preocupações, a primeira era novamente as tampas de saneamento na 109, convidava o Sr. Presidente Artur a passar junto às escolas, onde tinham sido requalificadas duas tampas de saneamento, convidava-o a passar na sua viatura, sem ser em excesso de velocidade, e ia ver o encontrão que levava na viatura, uma vez que as tampas de saneamento estavam claramente rebaixadas relativamente ao pavimento da estrada. Segundo se constava, tinha sido feito um investimento de cento e cinquenta mil euros na requalificação daquelas empreitadas, questionava se não deveria a Câmara Municipal fiscalizar a obra? Afirmou que a feira de Portomar era um evento que permitia encaixar alguns milhares de euros nos cofres da autarquia, e estava, principalmente na zona das comidas e da venda do peixe, claramente ao abandono. A pavimentação adequada da zona da restauração e o adequado saneamento, eram fundamentais para que as pessoas pudessem ser servidas com higiene. Na zona de venda de peixe, necessitava de uma intervenção rápida para garantir condições de higiene para a referida atividade. Há muito que a antiga praça de peixe no largo de Portomar deveria ter tido uma requalificação, deveria ter sido dotada de um WC aberto à comunidade e a todos quantos lá passavam. Há muito que os patrimónios das fontes do Concelho deveriam ter sido requalificados, e não deixados ao abandono. Há muito que os passeios deveriam ter sido arrançados e não deixados uns em pavê, outros

cimentados, outros em calçada portuguesa, outros em cerâmica, outros em calçada rústica, outros com relva e outros simplesmente inexistentes. Há muito que os poucos parques de merendas e de crianças deveriam estar limpos para quem os quisesse utilizar. Há muito que o saneamento deveria estar completamente concluído, questionava o porquê de terem sido deixadas três ou quatro travessas em Portomar e algumas na localidade de Cabeço, com alguma densidade populacional, em detrimento de outras onde praticamente não existiam habitações ou existiam muito poucas. Há muito que o Largo de Portomar deveria ter sofrido uma forte requalificação, no entanto o que estava a ser feito era o estreitamento das vias com estrangulamento de trânsito, isso para conseguir mais meia dúzia de lugares de estacionamento. Aquele era um investimento de cento e cinquenta mil euros. Todos aqueles exemplos para lhes mostrar que com planeamento, estruturação e uma visão de futuro, e por exemplo com um investimento de um milhão de euros, com oitenta e cinco por cento proveniente de concurso, e quinze por cento de capital próprio, a obra poderia acontecer. No discurso do 25 de abril o Presidente tinha dito que “*Nós não estamos para governar, estamos ao serviço das pessoas*”, imaginem só o serviço que ia ficar após doze anos de mandato do PSD e mais de duzentos milhões de euros gastos. -----

---- **Interveio a Deputada Clara Clemente (PSD)**, que após os habituais cumprimentos começou por referir alguns acontecimentos positivos no Concelho. Começou pela pintura na estrada na localidade da Barra, nomeadamente a que ligava a ponte à estrada principal, as reparações das faixas de rodagens auxiliavam e ofereciam maior segurança aos condutores. Em segundo lugar nomeou as sessões dinamizadas pela CPCJ pelo concelho, acerca dos maus-tratos na infância, um assunto que tocava a todos e os devia deixar muito atentos, os cartazes com aquelas divulgações e informações estavam afixados nos diferentes locais. Pediu autorização ao Sr. Presidente para deixar um pedido, a época balnear estava a aproximar-se, a estrada para a praia

do Poço da Cruz carecia de uma intervenção no corte de infestantes e arranjo do parque de estacionamento. -----

---- **Interveio a Deputada Maria José (PS)**, que depois dos habituais cumprimentos quis deixar ali algumas palavras em relação às celebrações do 25 de abril, e á merecida homenagem que tinha sido feita ao Dr. Raúl Almeida, e tendo em conta a intervenção da Deputada Telma, era verdade que todas as homenagens e a homenagem a Raúl Almeida tinham sempre lugar e tinham sempre tempo. Achava que a melhor homenagem que lhe poderiam fazer, e sabia que a sua bancada e ela própria tinha assumido que gostariam de ter sido envolvidos, ela pessoalmente gostaria de ter visto a sala mais cheia, mais amigos, mais representantes, ainda que tenha considerado uma bonita homenagem, não com a grandiosidade que lhe poderia ter sido atribuída. Pensava que a melhor forma que tinham de homenagear o Raúl, seria sem dúvida naquelas assembleias, terem outro tipo de discurso e o tipo de discurso seria, tinham opiniões diferentes, mas na verdade estavam todos ali pelo mesmo motivo, e talvez alguma da sua serenidade e da sua simpatia e calma, deveriam ser ali lembrados mais vezes. De seguida perguntou ao Sr. Presidente para quando seria a reparação da pista pedonal, sabia que existia uma zona da pista que estava sinalizada com uma grade e que tinha sido resolvido, mas importava ali referir que naquela zona as máquinas utilizadas na limpeza dos jacintos, tinham destruído aquele mesmo pavimento. Referiu também a necessidade de intervenção nas madeiras, a Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha-se disponibilizado para aquele mesmo serviço, mas o Sr. Presidente da Câmara disse que a Câmara se iria encarregar daquele serviço, e como viram aquele era um trabalho que não estava a ser feito nem acautelado. Perguntou ao Sr. Presidente se tinha informações específicas sobre o acidente que tinha ocorrido na Av. Cidade Coimbra, sendo aquele uma avenida requalificada pelo seu Executivo. A carrinha da UPAS ia entregar algumas pessoas naquela avenida junto ao Amanhecer, disse que era um desafio as senhoras da UPAS deixarem

ali as pessoas, apitavam à chegada para que os familiares viessem à porta recolhê-los, antes que os mandassem pela janela, porque os carros não iam parar e não iam querer estar ali muito tempo. Os passeios que tinham mais espaço já estavam em mau estado porque eram utilizados para estacionamento. Questionou ainda sobre o ponto de situação dos Orçamentos Participativos na Praia de Mira, nomeadamente o Skatepark e o parque de merendas da Santa Zita. -----

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----**Interveio o Presidente da Câmara (PSD)**, respondeu ao Deputado António José Gonçalves, afirmou que não tinha percebido se os cento e cinquenta mil euros era nas intervenções da 109, ou se era da requalificação do Largo de Portomar. Esclareceu que a requalificação e a intervenção que estava a ser realizada na estrada nacional 109, era da responsabilidade da ABMG. Ao fazerem a intervenção que estavam a realizar, estavam a enviar sondas para analisar e tentar perceber o que estava lá em baixo, e para regularizar a altura em que as tampas ficavam em relação ao pavimento. A Câmara Municipal tinha-se associado àquela intervenção, porque a ter de haver cortes de estrada, ou desvios de trânsito, pretendiam fazer a regularização das caixas e das condutas para as águas pluviais, que eram da responsabilidade da Câmara. Até àquele momento a obra que estava a ser realizada era da ABMG. Relativamente à obra que se estava a realizar no Largo 5 de outubro em Portomar, que era de cento e cinquenta mil euros, que saíam do orçamento municipal, completamente, não tinha financiamento de nenhuma parte. Já tinha reparado nas duas tampas que estavam muito baixas junto à farmácia e à escola de Portomar, passava lá tinha a noção disso, mas as pessoas também tinham de compreender que a obra não estava concluída, ainda lá existia alguma sinalização em cores diferentes, para

não ter havido corte havia um desvio, mas, quando a obra ficasse concluída, numa outra fase mais á frente onde já tinha sido realizada aquela intervenção, estava ao nível do pavimento. Queria acreditar que quando a obra estivesse completa, estaria tudo como devia ser. Relativamente à feira de Portomar, tinha algumas lacunas sim, compreendiam e aceitavam, nomeadamente a parte da venda de peixe que já tinha estado prevista uma intervenção. Na parte das comidas e das bebidas, tinham de ter uma parte de infiltração das águas pluviais, não podia ser tudo asfaltado como inicialmente já se tinha pensado, porque era uma zona mais baixa, as águas pluviais ficavam ali e precisavam de se infiltrar, se estivesse tudo impermeabilizado não teriam como escoar as águas dali. Obviamente que a feira rendia algum dinheiro em terrados e, portanto, tinham de fazer intervenções, mas deviam e podiam ser planeadas para que resultassem em pleno. Quanto à antiga praça de peixes, os WC públicos e os passeios, estava perfeitamente de acordo. O Deputado tinha referido ali várias vezes o “há muito tempo”, verdade, “há muito tempo que”, o problema é que não podiam fazer agora tudo aquilo que devia ter sido feito há muito tempo, e, portanto, não se referia aos últimos dez anos, mas podia-se referir aos últimos vinte ou trinta. Se as coisas não tinham sido realizadas ao longo do tempo, não podiam em pouco tempo ser todas satisfeitas e ficar as obras todas concretizadas. Dali a dez anos não estaria com certeza tudo feito, haveria sempre coisas para fazer no futuro. O que tinham de planear era em função do orçamento que tinham, e estabelecer prioridades. Com certeza que algumas das coisas que tinha referido seriam contempladas também em Portomar, algumas das ruas e das artérias que disse que faltam em Portomar e Cabeço, obviamente que as outras populações haveriam de se queixar da mesma coisa, um pouco por todo o lado, mas era como dizia, em função do seu orçamento e das prioridades tinham de tomar opções. O estrangulamento do trânsito que tinha referido em Portomar, era propositado, já tinha sido ali referido várias vezes que eram necessárias lombas para restringir a velocidade, para abrandamento das viaturas, pois as

obras que eram agora feitas, nomeadamente aquela avenida da Barrinha que obrigava as viaturas a fazerem algumas dificuldades no percurso, era precisamente para reduzirem a velocidade. O que estavam a fazer em Portomar, era precisamente elevar o piso e criar estrangulamento para as viaturas perceberem que tinham de reduzir a velocidade, que era uma zona problemática e seria aquela a medida para abrandar o trânsito. Relativamente à intervenção da Deputada Clara Clemente, sim, já ali tinham anunciado que ia haver uma intervenção ao nível das pinturas em vários pontos do Concelho, na Freguesia da Praia de Mira tinha sido o maior investimento, ainda não estava concluído, mas ajudava e muito na circulação, nomeadamente à noite, a estrada da Lagoa para a Praia de Mira também já tinha sido contemplada e favorecia muito conforme as condições atmosféricas, para a visibilidade e segurança dos transeuntes. A estrada de acesso ao Poço da Cruz era fundamental, havia lá uma parte daquela via que estava atribuída à Junta de Freguesia da Praia de Mira por ter uma parte ajardinada, e havia outra parte que servia de estacionamento, portanto, iam averiguar a parte que seria necessária ainda, porque aquela praia tinha cada vez mais procura e precisavam também de lugares novos de estacionamento. Relativamente à intervenção da Deputada Maria José, como já tinha referido anteriormente, desde 2014 que faziam homenagens e utilizavam as cerimónias oficiais do 25 abril, faziam sempre um esforço para quem é que iriam homenagear naquelas datas e, portanto, já tinham feito a individualidades, a pessoas coletivas, a particulares, e, portanto, entenderam que Raúl Almeida seria a personalidade daquele ano. Tinha sido a primeira oportunidade que tinham tido desde o seu falecimento, e tinham pensado que aquela casa onde se encontravam, sendo da sua autoria, e das ruínas que ali se encontravam se ter erigido aquele auditório mais toda a envolvente que ali tinham, um espaço polivalente que fazia falta em Mira, que ser ATRIUM Raúl Almeida faria todo o sentido. Foi isso que fizeram. No futuro teriam outras personalidades e outras oportunidades para fazer novas

homenagens. Relativamente à pista, já tinham sido lançados procedimentos para os passadiços de madeira, e também para as reparações que tinha referido. Quanto aos orçamentos participativos, estavam com dificuldades no Skatepark como já tinha referido algumas vezes, mas estavam em condições de avançar com o parque de merendas da Santa Zita, e com o campo do padlle na Freguesia do Seixo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- **Interveio o Deputado Manuel Inocêncio (PSD)**, que após os habituais cumprimentos, declarou que subscrevia na integra as palavras da sua colega Telma, não se revia de forma nenhuma naquela forma de pensar de alguns Mirenses, com uma ausência total de valores e de integridade para com os outros, não era assim que via a população de Mira. Quis louvar o executivo em alguns processos que tinha desenvolvido, nomeadamente na criação dos postos de atendimento descentralizado, com o objetivo de aproximar os serviços de Ação Social aos cidadãos. Foi uma parceria com o Mover Mira 5G e com o CLDS 5G que criaram cerca de oito postos de atendimento nas comunidades, para as populações regularizarem algumas situações, e serem apoiadas naquelas ações mais simples que pudessem existir. Aqueles postos de atendimento eram geridos por uma equipa multidisciplinar, que prestaria apoio à comunidade através do esclarecimento de dúvidas, auxílio no acesso a plataformas digitais e no preenchimento de documentação vária. Tinha verificado que na parte sul do Concelho existiam alguns percursos pedestres que tinham sido sinalizados com a sinalética para aquele efeito, gostava de saber se fazia parte de alguma rede que estivesse a ser implementada no Sul do Concelho, e por onde é que iam passar. Sabia que já tinha terminado o prazo para a iniciativa da compostagem da terra para a terra, gostaria de saber, por ser uma iniciativa tão louvável de integrar os resíduos pela população e dar-lhe valor, se estava ou não pensado

revitalizar aquela iniciativa durante mais algum tempo. No seguimento daquela parte mais ecológica falou na iniciativa do “Vale a Pena Ver de Novo”, que desde há muitos anos se realizava em Mira, com o apoio do Executivo Municipal. Tinha sido um evento que naquele ano tinha tido alguma particularidade, porque no dia que era para acontecer estava um bocado de mau tempo, e então tinha sido feito à posteriori. Quis enaltecer aquela iniciativa, porque permitia a introdução das crianças e da população mais vulnerável na preservação da floresta e do meio ambiente, e era um reflexo do compromisso com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. A participação das escolas, das IPSS, e da CERCÍ Mira, tinha sido fundamental para que pudessem levar aquela iniciativa adiante. Era uma atividade de que mais do que assinalar uma data simbólica, era uma oportunidade de educar as futuras gerações sobre a importância de cuidar do nosso planeta. Aquelas atividades tiveram a parceria da Bandeira Azul e do Gabinete Técnico Florestal. No que respeitava à participação do Executivo de Mira na BTL de Lisboa, na feira de Turismo, pensava que dignificava bastante a comunidade, os seus valores, e a oferta turística no Concelho de Mira. Durante a sua apresentação foram enunciadas as principais competições que Mira iria acolher nos anos seguintes, incluindo a segunda etapa do Campeonato Europeu de Aquabike, o Campeonato Mundial de Columbofilia, Portugal Orientação, e o Encontro Internacional de Minis. Achava que aquelas iniciativas demonstravam bem o investimento e a aposta que o Concelho tinha na captação de eventos desportivos de elevado prestígio, o que contribuía para a dinamização da economia e da região turística de Mira. -----

---- **Inteiveio o Deputado António Teixeira (PS)**, que depois dos habituais cumprimentos, falou de uns senhores que tinham investido no Concelho de Mira para gozar a sua reforma, mas que estavam muito desiludidos com uma situação, muito preocupados com a sua saúde, tinham pedido para lhes perguntar o que pensavam da água canalizada, amarela, que saía das torneiras, com alguma regularidade, e não só no apagão. Os senhores inquietos

perguntavam se se podia beber, cozinhar, tomar banho com ela. Talvez a Sr.^a Diretora do Centro de Saúde fosse mais entendida para responder aos senhores. Por aquilo que tinha ouvido, os senhores estavam mesmo a precisar de uma resposta e uma explicação convicta que os tranquilizasse. Perguntou ao Sr. Presidente se depois do último grande acidente na avenida Cidade Coimbra na Praia, pensava finalmente arranjar solução para travar a velocidade a condutores como aquele, naquela estrada que tinha acabado de ser renovada, segundo o Executivo, após um profundo estudo de segurança. Quis também alertar ali para o perigo existente na passadeira na 109, quando se vinha do centro de Mira, junto à rotunda do Continente, onde simplesmente os carros raramente paravam para as pessoas passarem. Por fim quis dar os parabéns ao Sr. Presidente pelo discurso eleitoralista nas comemorações do 25 abril, que mais parecia uma festa, ou um comício partidário. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, que após os habituais cumprimentos, iniciou a sua intervenção com uma palavra de sincero apreço ao Executivo Municipal, pelas importantes iniciativas que marcaram a vida do Concelho nas últimas semanas e dias. Naquele mesmo dia, tiveram conhecimento da atribuição do trigésimo nono ano consecutivo da Bandeira Azul à Praia de Mira, e pelo décimo nono ano consecutivo à Praia Poço da Cruz. Era um orgulho. Deu os parabéns ao Sr. Presidente, parabéns a todos os que tinham contribuído para aquele efeito, parabéns à Praia de Mira, parabéns à Praia Poço da Cruz. Na anterior segunda-feira Portugal e Espanha tinha tido um apagão pelas 11h 30m, um acontecimento inédito, inesperado, que em Mira durou até cerca das 10h da noite o que alterou de forma brutal o seu modo de vida. O que pretendia ali testemunhar era a forma serena e objetiva, sem protagonismos com que o Sr. Presidente tinha liderado aqueles momentos e as diversas equipas no terreno, de modo a acautelar e a garantir a segurança e os serviços básicos a todos os Mirenses, deu os parabéns ao Sr. Presidente. Referiu que no anterior dia 11 de março tinha sido inaugurado um novo espaço de coworking no

Miracenter, um espaço moderno, acolhedor, com todas as condições para o trabalho remoto e colaborativo, uma resposta às necessidades dos profissionais e jovens, dos empreendedores do Concelho. Aquele projeto representava mais que um investimento de quase trinta e seis mil euros, representava uma aposta no futuro, representava visão estratégica, representava compromisso com o desenvolvimento sustentável do Concelho de Mira. Também não podia deixar de destacar a homenagem aos Mirenses antigos combatentes do Ultramar, realizada no Jardim do Visconde no anterior dia 26 de abril, um momento solene, de respeito e de justiça histórica. Foi com orgulho que, gente conhecida terem sido reconhecidos pelo seu serviço a Portugal, por vezes em circunstâncias profundamente duras. Disse ter sido uma cerimónia que a todos tinha tocado. No dia 25 de abril tinham celebrado a liberdade, tinham celebrado a democracia, e tinham celebrado também o legado e a memória de um homem que tinha marcado Mira, Raúl Almeida. O ÁTRIUM Raúl Almeida tinha sido palco de uma cerimónia comovente, onde se tinha reconhecido o contributo notável de um autarca que tinha dedicado dez anos da sua vida ao Concelho de Mira. Todos sabiam, conhecia-o e tinha trabalhado com ele e podia dizê-lo com convicção, Raúl Almeida era um homem atento, afável, consenso e profundamente dedicado à causa pública. Tinha sido um orgulho conviver com ele, tinha sido um orgulho participar nos seus projetos, tinha sido um orgulho ele ter sido autarca do Partido Social Democrata, tinha sido um orgulho ter sido sua amiga. Era por isso que se entristecia profundamente o que tinha acontecido ali dias depois, a imagem que lhe tinha sido dedicada tinha sido vandalizada, sim, aparentemente tinha sido vandalizada. Disse que nas redes sociais tinham surgido comentários de ódio, insinuações vergonhosas, e até falsidades indignas como que se o grafismo da homenagem focaria símbolos totalitários, isso era falso, isso era inadmissível, isso não representava Mira. Repudiavam veemente aqueles atos, exigiam respeito, respeito pela memória de Raúl Almeida, respeito pelos valores de abril e respeito pela democracia. Estava certa de que todos os

que ali estavam naquele momento naquela casa, repudiavam igualmente aqueles atos. Mira era terra de gente de bem, de gente que valorizava o diálogo, a justiça e o progresso, que soubessem honrar essa identidade, que soubessem unir-se em torno do que realmente importava, e que soubessem rejeitar o discurso do ódio viesse ele de onde viesse. Dizia o povo “*bem prega o Frei Tomás, olha para o que ele diz, mas não olhes para o que ele faz*”. Disse que tinha ouvido ali naquela assembleia por diversas vezes críticas muito contundentes ao executivo municipal, pelo atraso no envio das informações acerca dos pontos agendados, críticas onde foram invocados os valores da democracia, a transparência, o direito à informação por vezes acompanhados, na sua opinião, de insinuações menos felizes. Quando se criticava era suposto que se cumprisse, mas parecia que não. Também costumavam ali ouvir críticas ao Executivo Municipal, dizendo que já que não faziam novo que cuidassem do que estava feito, que zelassem, mas nem disso eram capazes, estava tudo desmazelado. Recentemente tinha visto num edifício público, que não estava sobre a alçada da autarquia, o interior gasto a precisar de manutenção, de zelo, as escadas a soltarem-se os mosaicos, ou já soltos, falta de zelo, falta de brio, o edifício, ao que parecia, não pagavam a luz, uns sortudos comparado com outros, bem pregava o Frei Tomás. -----

---- **Intervio o Deputado Paulo Grego (PS)**, que após os habituais cumprimentos, questionou o Sr. Presidente da Assembleia, uma vez que o procedimento tinha sido alterado na última reunião em que não esteve presente, mas tinha tido oportunidade depois de confirmar, e naquele momento mantinha-se o mesmo, estavam quase a duas horas do começo da assembleia e com a ordem de quem, ou a mando de quem é que ainda não tinha passado o livro de presenças para assinarem na assembleia? Pelos vistos na reunião anterior tinha sido assim, nem queria referir má desculpa que tinham dado porque não tinha sido oficial, mas a Lei era para cumprir e, portanto, aquilo tinha hora de entrada, tinha hora de saída, não era passado duas horas que iam assinar a folha de

presença. Dirigiu-se depois ao que era mesmo a sua intervenção, que seria mais uma reflexão ou até mesmo um desabafo, e concluía com uma sugestão relacionado com o movimento associativo do Concelho. No anterior mês de março o Município em parceria com o IPDJ através do programa Club Top tinha levado a efeito uma ação de formação intitulada, “Fontes de Financiamento Para os Clubes e Associações”, ação ministrada por um professor da Escola Superior de Rio Maior e realizada no concelho de Mira. Até ali nada de relevante, a não ser agradecer ao Município aquela iniciativa. Questionou se sabiam quantas associações se tinham feito representar? Respondeu que das mais de quarenta associações que no ano civil anterior tinham recebido apoios do Município, apenas quatro frequentaram aquela ação. Contando com o formador e os técnicos do Município estavam sete pessoas na sala, podia dizer que a determinada altura chegou a sentir algum desconforto por tamanho desinteresse. Podiam tentar encontrar algumas justificações como a de desconhecer, o que era impossível, o Gabinete de Apoio ao Associativismo tinha feito uma divulgação abrangente, chegando a certa altura até ser insistente para as presenças. Queixarem-se da localização, não acreditava, era em Mira e ações daquela qualidade e daquela natureza, achava ter sido a primeira realizada em Mira, ele próprio já tinha participado delas no IPDJ, mas em Coimbra e bem representada. Data e hora, também não ia por aí, um dia da semana ao início da noite, portanto apenas encontrava uma explicação, a falta de interesse dos dirigentes associativos, ou ainda mais grave, na sua opinião, o demasiado conforto com os subsídios locais, não sentindo a necessidade de encontrarem novas e inovadoras fontes de financiamento. Ali deixava o seu desabafo, aquele não era o melhor caminho. Não ia ali maçar mais a assembleia com aquele assunto, mas esperava que tivesse em linha de conta as notas que, certamente os técnicos ali presentes na formação lhe tinham feito chegar, e que em breve também fosse uma realidade no Concelho. Terminou a deixar uma sugestão, que já não era nova, mas podia ser que pela insistência conseguisse ser ouvida,

ainda no que tocava aos apoios, em 2024 o Município tinha distribuído cem mil euros pelas associações locais, relativamente aos subsídios regulares. Mas com alguma pesquisa verificou que a mesma Câmara, no mesmo período tinha atribuído apoios extraordinários, em jeito de contratos programa ou outros, às associações do concelho num valor superior a cem mil euros. Embora lhe parecesse errado que os apoios extraordinários fossem atribuídos na mesma ordem de grandeza que os regulares, esses sim diziam respeito à atividade programa e contínua das atividades, mesmo assim questionou porque é que aqueles últimos valores de apoios extraordinários não eram tratados da mesma forma? Não deviam também aqueles valores serem publicados em edital de igual forma que eram os regulares? Como é que se considerava extraordinário um apoio que era atribuído todos os anos no mesmo valor, aos mesmos eventos? Acrescentou ainda que alguns apoios de extraordinários nada tinham, vinham apenas camuflar as listagens publicadas, ou remendar alguns esquecimentos das associações que não cumpriam com os prazos impostos pelo Município, para apresentar as candidaturas aos apoios regulares. Chamou a atenção para que não tinha considerado os apoios atribuídos às associações que substituíam o Município nas suas tarefas, como o Abrigo do Carinho, a Adamastor, nem a associação de suporte às festas de S. Tomé, nem as associações com características completamente diferenciadas como os Bombeiros, a CERCI ou a Obra do Frei Gil, porque assim a discrepância seria ainda maior. Terminou a questionar se não seria até uma boa publicidade à Câmara, publicar e fazer disso bandeira que apoiava o movimento associativo, fora o investimento em infraestruturas em mais de duzentos mil euros em vez dos cem mil anunciados?

---- **Interveio o Presidente da Assembleia (PSD)**, que esclareceu que em relação à questão do livro de ponto, o Deputado tinha toda a razão, não tinha reparado no pormenor, não valia a pena andar a responsabilizar ninguém. A funcionária que naquele momento estava a secretariar a assembleia municipal tinha sido exemplar, e esperava que ela se mantivesse assim, tinha iniciado há

pouco tempo e podia não saber tudo, de qualquer das formas, até àquele dia nunca lhe tinha falhado o que para ele era relevante. Pedia imensa desculpa à assembleia municipal, e pediu à Ana que fizesse passar o livro de ponto pela assembleia. -----

Findas as quartas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Presidente da Câmara (PSD)**, respondeu ao Deputado Manuel Inocêncio, relativamente à descentralização da ação social era um dos objetivos que tinham e através do CLDS estavam a conseguir chegar às populações, mais em proximidade, agradeceu ao Deputado por ter lembrado aquele assunto ali. Relativamente aos percursos pedestres eram três novos, um no Seixo, um nos Carapelhos e outro no sul do Concelho, que era o PR2, a Rota das Aldeias e do Visconde, fazia parte da renovação da rede de percursos pedestres de Mira que passava nas aldeias da Lentisqueira, do Colmeal, das Cavadas e da Corujeira e pensava ele que ia até à Ermida. Da terra para a terra tinha sido uma iniciativa já ali falada, que andava em estudo e que finalmente estava implementada. Eram compostores que estavam em condições de entregar, tinham aberto as inscrições, os primeiros cem inscritos teriam oportunidade de receber gratuitamente aqueles contentores para fazer aquela compostagem. Até àquele momento tinham recebido cerca de oitenta inscrições, e estavam a ponderar já na semana seguinte fazer aquelas entregas, e depois abrir novamente as inscrições para mais alguém que quisesse usufruir. Era bom que aquele exemplo fosse implementado. Tinham colocado também uns avisos nos contentores do lixo, com indicações do que é que se devia ou não devia colocar ali. Alertava mais uma vez para a recolha dos monos, existia um número próprio para serem recolhidos à porta. Do “vale a pena ver de novo”, era sempre uma iniciativa que além da comunidade escolar englobava também as IPSS, era, portanto, uma

mais-valia porque várias faixas etárias, faziam um trabalho conjunto para bem do ambiente. Relativamente aos eventos da BTL, além da Motonáutica e da Columbofilia que iam acontecer já naquele ano, tinham o “O” Meeting” que ia acontecer em fevereiro de 2026, e tinham o encontro de minis programado para 2027. Quis deixar ali uma novidade também, estavam em negociações e estavam muito próximo de se concretizar em 2027 a Taça dos Clubes de Campeões Europeus de Corta-Mato que viria também, em princípio, para a pista da Praia de Mira. Relativamente ao Deputado António Teixeira, a água da cor acastanhada não sabia de onde surgia, gostaria de saber exatamente de onde, eram feitas análises periodicamente, aquela coloração não era normal, há muito tempo que não acontecia aquele tipo de situação nas canalizações do concelho, portanto, não sabendo exatamente o que é que tinha acontecido e se teria ou não a ver com o que tinha acontecido na anterior segunda feira, em que algumas partes do território tinham ficado sem água e depois a reposição de água nas redes obrigava a purgas, mas para não fazerem as purgas para não desperdiçarem água, as purgas não tinham sido realizadas e quando se injetava água de novo na rede podia acontecer aquele efeito. Salvaguardava que podia ser aquilo, mas não sendo, teriam de alertar a ABMG para ver o que é que se verificava. Relativamente à segurança na avenida Cidade de Coimbra, o acidente que lá tinha acontecido, a passadeira na 109, eram tudo situações relatadas mais do que uma vez, tinha tudo, quase sempre, a ver com a velocidade com que as viaturas transitavam. Era uma situação que os preocupava muito, tinha a ver com a segurança, mas também tinha a ver com a fiscalização e com as autoridades. Cada vez que em assembleia havia aqueles alertas, eles também alertavam as autoridades para fazerem um trabalho mais no terreno para verem o que é que acontecia, para verificarem nos locais onde aquilo propriamente tinha mais efeito. Na avenida Cidade Coimbra o trânsito devia circular a 30km/h que se fosse cumprido aquele tipo de situações se calhar não aconteceriam. Tinham de fazer o alerta e ter mais consciência, mais

cidadania. Relativamente ao seu discurso no 25 abril, era a opinião do Deputado, ele quando fazia os discursos afirmava aquilo que dizia e era convicto daquilo que dizia. Aquela era a interpretação do Deputado e não ia tecer comentários acerca disso. Relativamente á Deputada Lurdes Mesquita, a Deputada era da Lagoa mas ninguém da Praia tinha falado naquele galardão, da freguesia da Praia de Mira tinham duas praias, ambas galardoadas naquele mesmo dia, mais uma vez com a bandeira azul, a praia Poço da Cruz com dezanove anos, e cada vez em crescendo, tinha necessidade de intervenção e de melhorias porque cada vez era mais procurada, e ao longo de todo o ano por causa das atividades que se realizavam lá, nomeadamente o surf, e a Praia de Mira com trinta e nove anos, a única praia no mundo inteiro que tinha aquele galardão desde que ele tinha sido atribuído. Agradeceu a todas as entidades, a todos os particulares, ao público em geral, a todos quanto cuidavam de tudo o que era necessário para cumprir os requisitos que eram muitos e exigentes, para conseguirem, juntamente com o prémio cinco estrelas também, mais aquele galardão da Bandeira Azul por aqueles trinta e nove anos. Relativamente à sala do Coworking era uma novidade que podia ser aproveitada, tinham era que faze a devida publicação, situava-se nas instalações do Miracenter, da AIBAP, tratava-se de uma sala com cerca de cento e vinte metros quadrados onde existiam quinze postos de trabalho com tudo o que era necessário, inclusivamente mesas, cadeiras, computadores, uma sala de relax, uma sala para reuniões, que podia ser usufruído por particulares ou empresas, um dia, dois dias, uma semana, o que entendessem e estava pronto para ser utilizado. Da homenagem aos antigos combatentes, tinha sido mais um evento englobado nas comemorações do 25 de abril, tinha-se realizado no dia 26 propositadamente porque tinha um outro evento que seria realizado no dia 26 e para trazer a Mira aqueles militares, o Batalhão Nº 2 de Transmissões, resolveram fazer aquela homenagem no dia 26. Era uma homenagem que faltava, um monumento muito importante, porque tinham um em frente aos CTT que homenageavam os mortos na I Grande Guerra

mas não existia nada referente aos militares que tinham servido no Ultramar. Além do que tinham servido e que regressaram sãos e salvos, tiveram cinco que faleceram no Ultramar, em vários territórios e, portanto, aqueles cinco foram homenageados, os seus nomes estavam gravados no monumento, as famílias sentiram que foi feita uma homenagem justa para quem ao serviço da Pátria tinha falecido naqueles territórios. Agora tinham um local apropriado para quando, sempre que desejassem, e as próprias famílias fazerem ali as suas preces e homenagear aquelas pessoas. Pediu autorização ao Presidente da mesa para passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente para responder ao Deputado Paulo Grego. -----

---- **Interveio o Sr. Vice- Presidente (PSD)**, que após os habituais cumprimentos respondeu que no primeiro lamento que foi na iniciativa de capacitação das associações, ele acompanhava o lamento do Deputado, era um pouco triste quando tentavam capacitar as associações e promover aquele tipo de formações através do Clube Top, e depois a adesão não era a desejável. Já tinham conversado sobre aquela matéria, ele era sempre muito frontal e às vezes fraturante no que tocava ao associativismo, as associações não podiam só querer pedir ou exigir, pensava que o deviam dar também, não á câmara, mas á comunidade, ao concelho, portanto, achava que sim, que em próximas iniciativas esperavam que houvesse uma maior adesão. No que tocava aos apoios ao associativismo, era um facto que tinham reforçado aquilo que tinha sido o apoio anual, também era um facto que tinham vindo a apostar e a apoiar cada vez mais o associativismo, isso estava explanado naquilo que o Deputado Paulo Grego tinha dito dos apoios extraordinários. Obviamente que nunca iriam conseguir ter um procedimento justo e equitativo com todas as associações, concordava com aquilo que tinha sido dito, que alguns dos apoios extraordinários pudessem progressivamente passar a ser apoios anuais, tinham de estudar essa matéria, ou que fossem contemplados com o plano de atividades ou com o relatório de atividades e contas, sendo certo que existiam atividades que iam nascendo ao

longo dos anos e essas não se conseguiam precaver. Concordava, apesar daqueles apoios todos serem públicos, todos eles tinham que ir a Reunião de Câmara e depois todos eles estavam explanados nos documentos de prestação de contas, concordava porque o comum do cidadão podia não ter acesso e talvez não fosse transparente, achava que era uma medida que podiam adotar de imediato no separador do desporto e associativismo esses apoios estarem lá, assim como todas aquelas empreitadas, o Deputado tinha falado nos apoios anuais, nos apoios extraordinários e todos aqueles apoios que eles às vezes se substituíam ao associativismo em termos de obras, em termos de intervenções, e todo aquele bolo de associativismo tinha vindo a crescer. O Deputado tinha razão no que tinha dito, procurariam ser cada vez mais rigorosos e mais transparentes. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu início à discussão do **Ponto um: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

---- 1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- Inteiro o Sr. Presidente da Câmara, disse que o documento tinha sido distribuído, colocava-se á disposição para esclarecer qualquer dúvida que pudesse existir. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

---- Inteiro a Deputada Maria José (PS), disse que relativamente ao relatório de observância do direito de oposição, na página 31 era afirmado que eram dadas todas as respostas em tempo útil a todas as respostas colocadas pela oposição, a bancada do PS não podia concordar com isso porque tinham sido

vários os pedidos por e mail enviados ao Sr. Presidente os quais não tinham obtido resposta. Relativamente á divisão das obras municipais, na página 8, perguntava em que ponto se encontrava a praia fluvial na Praia de Mira, perguntou ainda porque é que tinha sido suspensa a segunda fase do Montalvo.

---- **Interveio o Deputado António José (PS)**, referiu que na página 51, relativo a editais internos e externos, questionava o porquê da alteração da data da feira de Mira de 23 de março de 2025. Em relação á página 68, referia-se a um valor de 48.13% do total de despesas correntes de despesas com pessoal, na página 71, referiam um valor de cerca de três milhões e quinhentos mil euros de capital em dívida em empréstimos, que representava um aumento de cerca de 33% comparativamente com igual período do ano anterior. Na página 72 referiam a 31 de fevereiro de 2025, tinha ficado ali pasmado porque achava que naquele ano iria ter 365 dias, mas afinal ia ter 368 dias, referiam dois milhões e setecentos mil euros de dívida a fornecedores, no entanto tinham zero de pagamentos em atraso. Na página 75 relativamente a empreitadas referiam a construção a custos controlados vinte e duas habitações de tipologia de T3 e T4, suponha que fosse na Videira Norte, questionou sobre os dois blocos de oito apartamentos que também estavam previstos? Dirigiu-se ao Sr. Presidente e questionou se o mesmo achava que ia ter tudo pronto em junho de 2026 ou ia ter de dar a mão á palmatória e aceitar que ia perder os milhões do PRR para a habitação? Todos aqueles números que tinha apresentado serviam apenas para que as pessoas pudessem avaliar o que poderia, mas que não tinha sido feito pelo executivo ao longo daqueles últimos anos. -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, disse que relativamente a iniciativas que tinham sido desenvolvidas pela autarquia e algumas que tinham sido abordadas também no período antes da ordem do dia, nomeadamente uma que tinha sido também referida pelo Sr. Presidente da Câmara como tendo um acordo com a Junta de Freguesia da Praia de Mira, nomeadamente a intervenção de limpeza e acompanhamento de tudo o que eram as margens na

estrada de acesso à praia do Poço da Cruz , ele considerava que poderia ter havido um lapso na resposta do Sr. Presidente da Câmara no sentido de referir esse acordo aquando da resposta à Professora Clara Clemente tinha solicitado. Considerava que o que a Professora Clara Clemente tinha solicitado era pertinente e era um complemento a tudo o que já existia no acordo. No acordo existia intervenção em toda a zona de jardinagem e na parte de estacionamento, contudo para além daquele espaço existia para além de todo o prolongamento com a necessidade sim de uma intervenção de limpeza mais abrangente de tudo o que eram canas, daquela zona do próprio lago, de tudo o que eram aquelas duas envolventes que ainda eram consideráveis e que necessitavam sim de intervenção, mas era uma intervenção complementar e não era uma intervenção que estivesse já no acordo. A Junta de Freguesia não se retirava de poder fazer um acordo complementar, em que podiam eles próprios assumir aquela intervenção desde que a Câmara os pudesse ressarcir e dotar de alguns recursos que não tinham para que pudessem fazer aquela intervenção. Relativamente ainda a outro tipo de intervenções no próprio espaço, deixou algumas sugestões nomeadamente em relação à prevenção da época balnear, no Verão anterior tinha tido necessidade de recorrer diversas vezes ao executivo municipal e às autoridades do concelho por causa da segurança rodoviária do acesso à praia Poço da Cruz, e referiu ainda toda a envolvente da pista ciclo pedonal, nomeadamente na margem da Barrinha, recordou que já em 2022 se falava na necessidade de colocação de pins para que os carros não galgassem aquelas margens. No Verão anterior, na praia Poço da Cruz os jardins acabaram por estar exageradamente utilizados com viaturas o que colocou em causa todo o sistema de rega daqueles espaços, disse que deviam atempadamente prever aquela situação e fazer o quanto antes aquela colocação. Referiu ainda que relativamente às tampas de saneamento, que se não fosse bem acompanhado, quando terminasse a obra iam ficar com os problemas no concelho de Mira, deu como exemplo os dois parques de estacionamento, no Poço da Cruz e junto ao

campo do Touring, que foram duas obras saudadas por todos, questionaram em Assembleia sobre os tipos de materiais ao que as respostas foram que não tinham capacitação porque não eram técnicos, o que era certo era que passados os anos o que tinham alertado estava no terreno. Falou também no Mercado da Praia de Mira quando da sua reinauguração houve críticas da sua parte, porque tinham ficado imensas situações por resolver. Pegou nas palavras da Professora Lurdes Mesquita e afirmou que os cidadãos de bem deveriam ser todos, mas se concordavam com a prática de cada um ou não, já era diferente. Nunca tinham ouvido da bancada do PS a acusar qualquer elemento do executivo ou de uma bancada da oposição, mas criticaram a forma como atuavam ou as medidas que não tinham capacidade de implementar. Nunca tinham ido ao aspeto pessoal e nunca tinham andado com populismos a tentar incitar palavras que depois não tinham coragem para dizer. Ao deixarem entre linhas estavam a incitar à divisão, estavam a incitar a que o concelho estivesse cada vez mais dividido. Afirmou que quanto à gestão financeira da câmara, a Junta de Freguesia da Praia de Mira nos anos de 2022 e 2023 não teve acordos com a Câmara Municipal, não quis detalhar esse assunto, contudo sabia que não tinha havido verbas nessa altura mas aquando do acordo de transferências de competências de 2024, porque havia a necessidade de equipar e fazer uma aquisição extra de maquinaria, tinham acordado que a Câmara Municipal ia pagar 25% da aquisição de uma carrinha à Junta de Freguesia da praia de Mira, para adiantar esse dinheiro e àquele dia ainda não tinham pago os 25%. Seguramente que não estavam registadas aquelas verbas, mas continuavam a ser dívidas da Câmara Municipal, apresentavam pagamentos em atraso “zero”, mas eram os registados, não eram os reais. -----

-----**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD), explicou que relativamente à intervenção da Deputada Maria José, não tinha presente se tinham e mails por responder, caso isso estivesse a acontecer assumia logo ali que era uma falha porque os e mails que chegavam tinham que ter uma resposta. Relativamente à questão da Praia Fluvial, esse assunto já tinha ali sido falado momentos antes ao que ele acabou por dizer em que ponto da situação estavam e completou com a informação de que estaria pronto a ser utilizada naquela época balnear. O atraso das obras do Montalvo tinha a ver com a transição do PT2020 para o 2030. Algumas das obras estavam contempladas no primeiro plano, 2020, e não tendo sido feita a sua conclusão tiveram de transitar para o outro plano que era o PT2030. Tinha havido algum atraso, mas a curto prazo continuariam a intervenção e a Zona Industrial do Montalvo ficaria completamente construída no que respeitava a infraestruturas. Relativamente ao Deputado António José, o 31 de fevereiro era um erro que seria corrigido, quanto à alteração da feira dos 23 tinha tido a ver com eventos que estariam programados para aquele dia e que um deles acabou por não acontecer devido às condições atmosféricas, acabou por acontecer apenas um outro e que depois de consultados todos os feirantes, todos tinham concordaram em fazer o adiamento. Quanto às dívidas de dois milhões e setecentos mil a fornecedores, estavam plasmadas, não constavam como pagamentos em atraso, porque na realidade não existiam pagamentos em atraso, tal como sempre tinha dito que iam entrar e regularizar aquela questão. Relativamente à habitação na Videira Norte, já tinham aberto por duas vezes o concurso para que as empresas de construção pudessem concorrer, por duas vezes as propostas não tinham sido válidas ou o concurso tinha ficado deserto. Tinham optado, porque o montante era muito elevado, por, no segundo concurso aberto, dividir as habitações em lotes para que as empresas mais pequenas, com menor capacidade pudessem concorrer, também não tinha acontecido, a terceira vez que abriram concurso foi de vinte e duas moradias e vinte e dois lotes para ver se uma empresa local

puddesse concorrer a uma, duas ou três e aí abrir a possibilidade a pequenas empresas para que se concretizasse aquela parte. O Município estava a fazer o que podia para levar a cabo a promessa que tinha sido feita. De qualquer forma naquela primeira fase seriam aquelas habitações, os blocos de apartamentos não estavam esquecidos e o dinheiro do PRR também não seria perdido. O que poderia acontecer era, não havendo possibilidade de os construir até junho de 2026, transitariam do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para o BEI (Banco Europeu do Investimento). O próprio Estado faria empréstimos BEI, ao que o Município poderia concorrer através do BEI financiado a 100% e já não teria aquele critério rigoroso de prazo de acabar a construção até junho de 2026, o prazo seria mais alargado e nunca estaria perdido o investimento. Relativamente à intervenção do Deputado Francisco Reigota, sabia perfeitamente o que tinham acordado, sabia perfeitamente o que é que era da competência da Junta e da Câmara Municipal, era apenas um complemento do que podiam fazer e dar às pessoas em termos de estacionamento, portanto obviamente que teria outro tipo de intervenção que não era a parte ajardinada. Relativamente ao mercado da Praia, as intervenções que faziam nas suas unidades e nos edifícios municipais tentavam que fossem obras de recuperação se depois por algum motivo não resultassem, se estivessem mal feitos, obviamente que teriam de chamar a atenção às empresas que faziam as reparações e naquele caso específico de paredes rachadas no mercado, verificar se se encontrava ainda em garantia de obra e chamar a atenção da empresa responsável. A Câmara Municipal tinha prometido 25% do valor da aquisição da carrinha da Junta, não estava esquecido, disse que normalmente cumpria com a sua palavra e ficava ali dito mais uma vez que iriam pagar aquela parte que lhes cabia. Já ali tinha tido exemplos daquilo que dizia, nomeadamente numa promessa que tinham feito quando foi a Junta de Freguesia da Praia de Mira a limpar as casas de banho públicas que estava na Lei nº 75 como sendo competência das Juntas de Freguesia, mas que depois o Sr. Presidente tinha

encontrado um parecer que dizia que a Câmara Municipal devia pagar porque afinal de contas não eram propriedade da Junta, e também pagaram, tinham prometido e tinham pagado. O Senhor Presidente da Junta tinha demorado oito meses desde que tinha feito o pedido para depois enviar à Câmara Municipal, eles não iam demorara tanto tempo para lhe pagar os 25%. Relativamente àquilo que se dizia e não se dizia, meias palavras, etc... referiu que no dia 28 de junho de 2023 o Presidente da Junta da Praia tinha chamado ardiloso ao anterior Presidente que estava em exercício que depois ele até foi verificar o que é que significava ardiloso, tinha umas conexões menos próprias, menos boas, também já tinha ali chamado naquela assembleia, meia mulher a uma senhora Vereadora que estava ali presente, se aquilo não eram tratamentos ofensivos não sabia o que seriam. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----2.ª INTERVENÇÃO DOS

MEMBROS: ----- Interveio o Deputado Francisco Reigota (PS), que disse que o Sr. Presidente não queria ser Presidente de todos os Mirenses, que gostava de criar divisões, que gostava de ir por um caminho que não era o mais benéfico para o Município. O Presidente podia utilizar as expressões que quisesse, podia invocar palavras que ele tinha proferido ao longo de toda a sua história enquanto desempenhava as funções públicas para o qual era eleito de forma legítima, o Sr. Presidente devia era ter uma maior elevação no desempenho do seu cargo, até porque tinha chegado a esse cargo não por voto direto para o mesmo mas ainda estava a ser avaliado de uma forma simples e natural que era assim que funcionava na democracia e deveria ter um bocadinho mais de humildade, no exercício das suas funções. Quando falava na questão da carrinha dos 25%, achava que na maioria das respostas que tinha dado, pelo menos nas últimas três situações, dizia muito da forma de estar de cada um. A questão dos 25%, todos os ali presentes conheciam a história há imensos meses, há muitos anos, porque a situação era

do início da negociação e muitos dos argumentos utilizados pela Câmara Municipal para dizer que a Junta de Freguesia afinal de contas é que era a culpada de não haver um acordo, depois era porque não havia dinheiro e a Junta de Freguesia continuava a não receber, se calhar ele e as pessoas que o acompanhavam na Junta de Freguesia deviam ter dado uma ordem aos bancos, para haver proibição da Câmara Municipal transferir verbas e fazer acordos com a Junta de Freguesia da Praia de Mira. Chegava a um ponto que começava a questionar a sua própria sanidade mental relativamente àqueles impactos. Se o Sr. Presidente quisesse apoiar verdadeiramente a autarquia da Praia de Mira, podia-o fazer que eles estavam disponíveis para isso. Relativamente ao Sr. Presidente invocar a Lei de forma tão ligeira como tinha acabado de fazer de um parecer jurídico emitido pela ANAFRE, pela ANMP, o Sr. Presidente disse que ele tinha ido inventar um parecer ou encontrar um parecer que dizia que a Lei era aquela. O Senhor Presidente devia estudar melhor as pastas e conhecê-las porque na verdade quando invocava aquela situação ficava-lhe mal. O senhor Presidente em vez de ser tão arrogante que utilizasse o seu cargo para que as pessoas ficassem com as soluções mais rápidas e que elas aparecessem nas terras que era isso que estavam ali para fazer. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
-3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD), disse que quem ouvia o Sr. Presidente da Junta da Praia parecia que ele não sabia as competências da Junta de Freguesia ou que não sabia desempenhar o seu cargo. Estavam em liberdade e o Presidente da Junta podia dizer o que quisesse. Tinha estado oito anos à frente de uma Junta que representava 60% do território do Concelho, mas

que regia pelas mesmas Leis que a Junta de Freguesia da Praia de Mira. Era naquele mandato que tinham atribuído a maior verba de sempre às Juntas de Freguesias, cerca de duzentos e treze mil euros que tinham sido distribuídos. A Junta do Carapelhos recebia dezasseis mil seiscentos e vinte e cinco euros e setenta e dois cêntimos, a Junta do Seixo dezanove mil cento e sessenta e dois euros e três cêntimos, a de Mira, oitenta e oito mil novecentos e sessenta e sete euros e quatro cêntimos, a Junta da Praia de Mira, oitenta e sete mil, setecentos e sessenta euros e dez cêntimos, nunca, mas nunca antes o Presidente da Praia de Mira tinha assinado nenhum protocolo de cooperação nem de transferências de competências, foi ele que assinou com ele. Que não viesse ali dizer que não era por sua vontade que não atribuíam verbas à Junta da Praia de Mira, à de Mira e às outras todas. Tinham de ser equitativos para todos. O território da Junta de Freguesia da praia de Mira recebia quase tanto como a Freguesia de Mira que tinha 60% do território total do Concelho, porque tinha algumas especificidades, tinham chegado a um acordo por essa causa, por causa de ser a praia, por causa de ter areias e ventos, por causa de ter mais metros quadrados de espaços ajardinados. Tinha sido que tinha assinado aquilo com o Presidente da Junta como é que ele era capaz de dizer que ele não cumpria com a sua palavra. Disse que iam pagar os 25% para a carrinha, não iam demorar oito meses, mas iam pagar. Referiu ainda que o Senhor Presidente da Junta da Praia de Mira tinha tido assembleia no dia anterior e tinha apresentado um superavit de cerca de vinte mil euros, que tinha sido por causa daquela verba transferida, nunca tinha tido no seu orçamento oitenta e sete mil euros entregues pela Câmara Municipal, era isso que as pessoas precisavam de perceber, porque aos outros anos aquilo não acontecia, disse ainda que anteriormente as outras Juntas já tinham assinado as transferências de competências e por alguma teimosia nunca tinha chegado a acordo com o anterior Presidente Raúl Almeida, tinha sido ele próprio que tinha assinado o acordo com ele, tinha sido em dois

mil e vinte e três que a Junta da Praia tinha começado a receber oitenta e sete mil euros por ano com as devidas atualizações das inflações. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Inteiveio o Deputado Francisco Reigota (PS)**, pediu para o Senhor Presidente esclarecer se aquelas verbas eram pagas diretamente do orçamento da Câmara ou se era a DGAL que as pagava diretamente às Juntas. Relativamente à questão das verbas quis esclarecer que tudo o que eram os acordos, eram atividades e ações que uma Junta de Freguesia ficava obrigada a fazer por isso um superavit de uma Junta de Freguesia nunca podia ser associado a umas verbas que eram pagas pela Câmara Municipal porque a Junta de Freguesia da Praia de Mira durante doze orçamentos que tinha aprovado nas suas gestões tinha tido sempre saldos positivos, as contas tinha estado sempre equilibradas e tinham dado sempre superavit e não foi por nenhum acordo de transferência de competências. O acordo de Transferência de competências não chegava para pagar todas as funções e todas atividades que tinham. Disse ainda que desde o primeiro dia do acordo de transferência de competências ainda não tinham pagado, ainda não tinha dotado a Junta de Freguesia da Praia de Mira de uma única espécie de flor e eram dezenas de jardins que necessitavam de cuidado e de flores, que eram milhares de euros que tinham de sair do orçamento geral da Junta de Freguesia.

Findas as terceiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, disse que tinha sido o maior valor de sempre atribuído a todas as Juntas de Freguesia, inclusivamente à Junta da Praia. Aqueles oitenta e sete mil, setecentos e sessenta euros e dez

cêntimos, davam ordem à DGAL para já não vir para os cofres da Câmara Municipal e a DGAL transferia mensalmente em duodécimos para a Freguesia da Praia de Mira. -----

PONTO DOIS: Para apreciação e votação - Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2024 e do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Câmara (PSD)**, que exibiu uma apresentação explicativa dos principais aspetos a destacar do documento de relatório de contas e que de seguida ficava à disposição para qualquer esclarecimento. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, fez alguns pontos da síntese do ROC que achou que era importante ficarem registados naquela Assembleia. Relativamente às contas do Município importava referir que o mesmo estava a apagar a cento e um dia, ultrapassando o limite legal de noventa dias. Deu o exemplo de Cantanhede que estava a pagar a nove dias e em 2023n agava a vinte dias. Em virtude daquela situação o Município tinha de fazer um reporte mensal à DGAL, a dívida municipal tinha diminuído ligeiramente, talvez por força dos acordos de pagamento que tinham sido feitos ao longo do ano de 2024, em suma, era um Município endividado para o tecido social e empresarial do concelho. -----

---- **Interveio o Deputado Carlos Nora (PS)**, disse que não tinha a mesma leitura que o Presidente em algumas situações que merecia ser referidas. Na página trinta e sete do relatório dizia que tal como se verificava pela análise do quadro trinta e um o Município de Mira tinha suportado quatro milhões e

trezentos e nove mil e oitenta e seis euros e noventa e seis cêntimos de encargos com o pessoal o que representava um acréscimo de 13,21%, mais quinhentos e dois mil oitocentos e cinco euros e trinta e sete cêntimos, face a igual período de 2023, estava em média a haver um aumento de quinhentos mil euros por ano em custos com o pessoal. No balanço também tinham algumas situações que importavam referir que o Presidente já tinha dito, que o resultado líquido no período tinha sido negativo em um milhão cento e oitante e nove mil e quinhentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos, e no passivo não corrente tinham em financiamentos obtidos, tinha havido um aumento de 2023 para 2024 de cerca de novecentos e cinquenta mil euros de aumento em financiamentos obtidos. Quanto ao passivo corrente, nos fornecedores também tinha havido um aumento da dívida de um milhão oitocentos e sessenta e seis mil oitocentos e noventa uns euros, cerca de trezentos mil euros a mais que em 2023. Referiu ainda que no relatório dizia que o Município não tinha implementado o sistema de inventário permanente para controlo das existências, contabilizando as aquisições das existências como gasto de exercício independentemente do seu consumo, facto que constituía uma limitação ao trabalho dos ROC. Segundo o mesmo relatório estavam a decorrer várias ações contra o Município sendo a probabilidade de o mesmo ser condenado baixa, mesmo assim depreendia que o Município a ser condenado poderia perder cerca de setenta e sete mil euros. Enumerou mais algumas situações que constavam no relatório, concluiu dizendo que o prazo médio de pagamento estipulado pelo Município de cento e um dia, ultrapassava o limite estipulado por Lei. -----

---- **Interveio o Deputado Paulo Grego (PS)**, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara pela apresentação que ali tinha feito, era bem mais fácil de analisar do que o documento em papel, daquela dimensão não era fácil chegar ali e contrapor aquilo que efetivamente tinha para lhes dizer. Confessou que na distribuição dos pontes na sua bancada não tinha sido ele que tinha ficado com

a incumbência de analisar aquele documento e por isso tinha feito apenas uma breve leitura e destacava o que tinha visto logo na nota introdutória na página sete, passou a citar “ *dizem que o relatório da gestão fazia parte dos documentos de prestação de contas e tinha como objetivo interpretar e detalhar as demonstrações financeiras e orçamentais bem como avaliar o desempenho da administração na implementação da sua estratégia*”, disse que partindo do princípio que aquilo era verdade, o que era de esperar daquele documento, era um documento com rigor, era um documento assertivo e com correção mas infelizmente não era isso que encontrava ao ler aquele documento mesmo que de uma forma superficial. Não se referia a números, não se referia a contas, referia-se ao conteúdo e ao português apresentado. Mesmo havendo alguns erros de ortografia, foi lendo o relatório até à página vinte e um sem grandes sobressaltos, mas a partir daí era um documento que pelo menos nas partes escritas denotava falta de rigor, falta de revisão e lamentavelmente muitas gralhas que tornavam o documento de muito difícil de análise. Deixou um exemplo, a partir da página vinte e um, todas as legendas dos quadros estavam erradas, o que impossibilitava a relação entre o texto e os dados que estavam a analisar. Em algumas situações faziam referência a aumentos e diminuições face ao ano de 2023, mas não forneciam os dados de 2023, tinham que apenas confiar na palavra do executivo e no que estava escrito, que como tinha acabado de dizer, muitas vezes estava errado. Referiu ainda que no quadro que respeitava a ações de formação as horas descritas não correspondiam ao total mencionado no quadro, e o ano a que se referia o quadro era do ano anterior. Referiu ainda que no que respeitava à medicina no trabalho, no ano 2024 não tinha sido efetuado quaisquer exames médicos. Espera que ali houvesse um erro que uma vez que para além de ser ilegal, e objeto de coimas bastante avultadas, ainda por cima, por força do local onde trabalhava verificava que aquela informação estava errada porque via os funcionários do Município a ir às consultas de medicina no trabalho. No capítulo V, no relatório de atividades da

Câmara Municipal estavam a referir um relatório de 2024 e eram enumeradas por mais do que uma vez atividades que tinham ocorrido em 2025. No capítulo dos documentos financeiros, tinham outra vez os prints dos PDF que eram praticamente ilegíveis, mas sobretudo na página 197 e 200, ninguém conseguia ler o que lá estava. Tinha de dar ali a mão à palmatória que depois num outro link, que tinham enviado com aquela informação, foi descobrir aqueles documentos, o que não foi fácil porque os nomes eram diferentes, entre o que estava enunciado no relatório e o nome dos anexos, que eram cerca de cinquenta, não tinha sido fácil depois encontrar aquele documento, com uma leitura perfeita. O que tinha sido ali falado numa reunião anterior, tinha sido corrigido e dava disso nota. Sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que analisasse o capítulo relativo à formação profissional, tinha a certeza de que o Presidente conhecia o Decreto-Lei nº 173/2019 e facilmente percebia que o Município não estava a cumprir aquele Decreto-Lei e que uma vez mais podia, ao nível de penalidade, ser bastante oneroso para todos. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, respondendo aos Deputados Augusto Miranda e Carlos Nora que teceram considerações, que tinham ido parar mais ou menos às dívidas, aos fornecedores, à ausência da contabilidade de custos, e aos processos com cento e um dias de pagamento, a informação que tinha era que, se fossem ver o prazo médio de pagamentos oficial da DGAL era de cinquenta e sete dias, na sua análise e nos prazos médios dos Revisores Oficiais de Contas o prazo médio de pagamentos era mais fina, expurgavam movimentos que não tinham origem fluxos financeiros, como os lançamentos nos ativos fixos de edifício e terrenos da Escola Secundária, daí a sua diferença nos apontamentos, daí os cento e um dias de pagamento e a DGAL os sessenta,

provavelmente outros Municípios não fariam aquela abordagem mais fina. Lembrou que os pagamentos em atraso eram aqueles que estavam em dívida noventa dias para além do prazo do vencimento. Os mapas orçamentais e financeiros tinham sido disponibilizados no formato normal para que pudessem ter melhor visualização, mas era impossível transpor na perfeição os mapas com tanta informação para o relatório. Relativamente e especificamente à intervenção do Deputado Paulo Grego eram alguns erros que também tinha dado conta quando pediu a versão impressa que era mais fácil folhear, fazer correções, tinha ali alguns apontamentos, também tinha chegado aquelas conclusões, algumas delas referidas ali, nomeadamente a numérica dos quadros que não correspondia ao extenso que estava lá e a falta da formação profissional não estar a ser cumprida, era um alerta que ficava ali, o quadro que tinha referido das consultas médicas não estava correto, era uma falha, mas num documento extenso, permitiam-se ali alguma falta de rigor, que não deveria acontecer e que era desculpável e em seu nome pedia desculpa por aquelas imprecisões que tinham sido detetadas ali. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Inteiveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, referiu que estavam ali a apreciar pela última vez naquele mandato autárquico mais um relatório de gestão e prestação de contas daquele Executivo Municipal, naquele caso relativo ao exercício do ano de 2024. A prestação de contas constituía um momento fundamental da vida democrática local assumindo particular relevância no âmbito do papel fiscalizador da Assembleia Municipal enquanto órgão responsável pelo escrutínio da ação dos Executivos Municipais. Era naquela ocasião que se tornava possível avaliar de forma transparente e objetiva a conformidade da gestão com os objetivos traçados, a eficiência na aplicação dos recursos públicos e o grau de concretização das políticas municipais. Ao

deitarem um olhar sobre os documentos ali apresentados tornava-se mais uma vez evidente que o atual Executivo Municipal liderado pelo Partido Social Democrata, continuava a manter a sua forte aposta no investimento público, tendo em vista criar as condições propícias para o crescimento económico, para o fomento da coesão territorial e o bem-estar da população do concelho de Mira. Sublinhou uma vez mais as elevadas taxas de execução do orçamento alcançadas no final de 2024. Alcançar uma taxa de execução da receita de cerca de 89% e da despesa de aproximadamente de 84% significava claramente que o processo orçamental no Município de Mira era um exercício de grande rigor e responsabilidade. Para além disso importava ressaltar o importante volume de investimento efetuado em 2024, estava a falar de cerca de mais de dois milhões e setecentos mil euros de despesa de investimento paga ao longo de 2024. Se naquele momento de balanço atentassem no volume de investimento efetuado naquele mandato autárquico de 2022 a 2024, no total foi possível e executar e pagar mais de dez milhões e setecentos mil euros de investimento, portanto em média todos os anos tinha sido feito um investimento público superior a três milhões e quinhentos mil euros. Tratava-se do valor mais elevado alguma vez registado em Mira. Fizeram obras estruturantes como a ampliação da área de localização industrial do Montalvo, reforço das infraestruturas da Zona Industrial do Polo I, a requalificação da Escola Secundária Dr.^a Maria Cândida, a criação de um novo espaço cultural ÁTRIUM Mira, a reabilitação dos campos de futebol do Lago do Mar na Praia de Mira, no Seixo de Mira e no Estádio Municipal ou a construção do novo Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Mira. O ambicioso projeto de desenvolvimento que tinha ido a voto em 2021 continuava a ser brilhantemente levado por diante por Artur Fresco e toda a sua equipa de Vereadores do Partido Social Democrata. Estavam na presença de um Executivo que continuava diariamente a trabalhar no sentido de querer sempre mais e melhor para as suas populações. Importava destacar que aquele notável volume de investimento tinha sido concretizado sem o aumento da carga

fiscal sobre os cidadãos do concelho, pelo contrário, o Executivo tinha mantido os níveis de tributação municipal inalterados, tendo mesmo introduzido medidas de incentivo como era o caso da implementação do IMI Familiar. Sublinhou ainda que tinha sido possível alcançar aqueles resultados garantindo que no final de 2024 o Município não registava pagamentos em atraso e que mantinha uma notável margem de endividamento. Tal como sempre tinha sido referido por aquele Executivo, a pressão que pontualmente existiu sobre os pagamentos do Município tinha resultado do processamento dos pagamentos finais de projetos cofinanciados no âmbito do Portugal 2020, pelo que quando os mesmos fossem regularizados e normalizados, a situação voltaria à normalidade, assim o Município deixaria de ter pagamentos em atraso. Disse que algumas pessoas tinham duvidado e fabulado sobre a temática das dívidas, no entanto, a realidade, naquele caso a apresentada prestação de contas, tinha vindo desmenti-los, tinha vindo confirmar que o Município tinha voltado a não registar pagamentos em atraso. Os documentos técnicos ali apresentados também permitiam confirmar que, de acordo com a legislação em vigor no final de 2024, o Município de Mira podia ter um nível de endividamento até dezasseis milhões e oitocentos mil euros, sendo que apenas registava um valor de seis milhões e quatrocentos mil, assim o Município só estava a usar cerca de 38% do limite total de endividamento que a legislação considerava sustentável a um Município como o de Mira ter. Tratava-se portanto de mais um indicador claro de que o Município gozava de uma boa saúde financeira que permitia que, caso fosse necessário, pudesse recorrer a novos empréstimos para fazer investimentos públicos que se julgassem necessários para o Município. O percurso até ali trilhado era sem margem para dúvidas um percurso de sucesso. Ao pongo daquele mandato o executivo tinha enfrentado diversos obstáculos, muitos deles inesperados e tinha sabido sempre encontrar com firmeza e competência as melhores soluções. Durante aquele período modernizaram infraestruturas viárias e redes de abastecimento de água e saneamento, investiram substancialmente

na educação, na cultura, no desporto, no apoio às associações, IPSS e Freguesias. Criaram e requalificaram espaços verdes e equipamentos desportivos promovendo o bem-estar físico e mental dos seus cidadãos. Trabalharam intensamente para criar condições propícias à atração de investimento, certos de que o investimento económico sustentável era a condição indispensável à estabilidade da comunidade. Continuavam profundamente empenhados em construir um concelho mais próspero, mais forte e mais resiliente. Iam continuar a ser ambiciosos, iam continuar a lutar pelo concelho, pelas suas gentes, iam juntos continuar a fazer acontecer. -----

---- **Inteiveio o Deputado António José (PS)**, disse que aquele relatório era pesado, eram seiscentas e quarenta e seis gramas de papel que ali estava e que na maior parte dos casos não tinham servido para ninguém ler. Questionou para quando iam ter um acesso, que apesar daquele relatório ser obrigatório, a um relatório que mostrasse aquilo que realmente era para mostrar e não aquela quantidade gigantesca de papel que na realidade ninguém lia e tinha a certeza de que os seus colegas Deputados, a maior parte deles nem sequer lhe tinha passado os olhos por cima. Saliu duas situações, uma na página 63 onde se lia que tinha havido novamente uma transferência de cento e noventa e cinco mil, setecentos e trinta euros e vinte e oito cêntimos para a ABMG referente ao equilíbrio de contas de 2023, assim seria muito fácil gerir uma empresa porque quando dava prejuízo a câmara pagava. Referiu ainda que na página 79 podia ler-se ainda que tinha havido um aumento de setenta e sete mil seiscentos e trinta e um euros e noventa e quatro cêntimos de dívida dos clientes à referida empresa, não seria que aquele aumento não fosse provocado também pelo enorme aumento dos tarifários da água e conseqüentemente do saneamento?

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, concordou que seiscentas e quarenta e seis gramas de papel que eram um exagero até porque depois quando se tratava da impressão, era um documento bastante extenso. Era um documento normalmente muito elaborado, e deixava ali a sua palavra de apreço aos técnicos da Câmara Municipal e externos que tinham colaborado na elaboração daquele documento, porque era muito exigente, era muito abrangente e passava-se muito tempo até à sua concretização. Quem estava na Câmara Municipal assistia diariamente à parte dos serviços que tratavam daquele documento e é que sabiam as horas e horas que passavam até chegar à sua conclusão. Era normal que algumas falhas acontecessem como já ali tinham reparado, mas na realidade era um investimento de tempo e de atenção que tinham de estar sempre muito atentos para ver os pormenores todos. Se pudesse ser suprimida uma parte para reduzir, obviamente que seria do acordo de toda a gente, tornava-se mais leve e mais fácil das pessoas terem tendência para as pessoas se debruçarem sobre ele, tinham era que reparar e ver quais seriam as partes que poderiam não contar ali e depois serem consultadas à parte, nomeadamente em documentos online, PDF ou de outra forma que não fosse aquela. Relativamente à página 63 como o Deputado tinha referido, das contas da ABMG, não se tratava de cada vez que era preciso para a ABMG os Municípios colocarem lá verbas, tratava-se sim de algumas contas que tinham de prestar à ABMG, nomeadamente por causa das infiltrações de águas pluviais nas condutas de tratamento do saneamento que depois eram contabilizados a montante como sendo saneamento. Muitas das vezes os particulares tinham responsabilidade naquilo, porque tinham as suas águas pluviais canalizadas para ali, muitas vezes as próprias redes municipais das pluviais tinham infiltrações nas condutas de saneamento e aquela medição era feita, aquele valor tinha sido ao que chegaram no ano anterior para caber a cada um dos municípios fazer a sua participação, o que não queria dizer que fosse todos os anos assim, portanto, tratava-se de uma compensação para a ABMG para

aquelas percas que efetivamente tinham sido contabilizadas e medidas mas era um valor que não era sempre o mesmo anualmente, dependia dos caudais e da pluviosidade que se verificasse em cada ano. Relativamente às dívidas de faturação da ABMG, a própria empresa poderia fazer uma análise mais fina para tentar fazer as cobranças, muitas delas eram significativas, muitas delas estavam em ações que ainda dependiam do resultado judicial para se fazerem as respetivas cobranças, portanto estava em crer que muito daquele montante passivo poderia ainda ser colmatado, mas ao fecho do documento, em 31 dezembro de 2024, eram os resultados que tinham para apresentar. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria. -----

Submetido a votação foi aprovada por maioria, com votos contra dos membros do PS, e com abstenção do Deputado do CHEGA. -----

PONTO TRÊS: Para votação - Abertura do procedimento de venda dos lotes de terreno nº 25 e 33 para construção de habitação própria inseridos no Plano de Mod.DAJ.028.01 pág. 2/2 Pormenor do setor poente de Carromeu Designação da data de afixação de edital e definição dos lotes para alienação. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia explicou que no ponto em questão o que estava em causa era a nomeação por parte da Assembleia Municipal do representante das Juntas de Freguesia para a Comissão de Venda dos Lotes do Plano de Pormenor de Carromeu. Depois de reunir com os líderes de bancada do PS e do PSD, decidiram que o representante deveria ser o Presidente da Junta de Freguesia de Mira por se tratar da sua área geográfica. Foi colocado o nome do Presidente da Junta de Freguesia de Mira a votação onde o mesmo foi **aprovado por unanimidade. -----**

PONTO QUATRO: Para votação - Alteração ao regulamento municipal de atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior residentes no concelho de mira – aprovação e remessa à assembleia municipal – Aprovação final. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Câmara (PSD)**, disse tratar-se do regulamento para atribuição das bolsas de estudo aos alunos de Mira que frequentavam o ensino superior, que já vinha sendo hábito, tinha estado aberto o período de discussão pública onde não foram registadas propostas, portanto, era a aprovação final para a afixação do edital. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, salientou que não estava referido no documento quantas bolsas eram atribuídas pelo Município e questionou qual a razão para só haver alteração em apenas alguns pontos? ----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, respondeu que todos os anos decidiam quantas bolsas iriam atribuir, o valor era de mil e quinhentos euros por cada bolsa. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria. -----

Submetido a votação foi aprovada por maioria, e com abstenção do Deputado Carlos Nora (PS). -----

PONTO CINCO: Para ratificação do ato - Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque – AIBAP. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Câmara (PSD)**, explicou que aquela ratificação dizia respeito à Caixa de Crédito Agrícola Mútua que fazia parte

integrante e participava como elemento da AIBAP e que em 2019 tinha feito um pedido para deixar de fazer parte. Esse pedido foi aceite, mas nunca tinha sido à assembleia da AIBAP para que o ato ficasse registado em ata. Tinha sido feita na última assembleia de 4 de abril, havia também a proposta do pedido por parte da Caixa de Crédito Agrícola, a percentagem que lhes cabia, seria distribuída pelos elementos que se mantivessem, o que também tinha sido feito e, portanto, era apenas ratificar o ato que já tinha sido consumado nessa altura, mas que ainda não tinha vindo à assembleia municipal para aprovação. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, quis dizer que não percebia o porquê de um espaço temporal tão grande porque o ato já era de 2019. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, esclareceu que o pedido era de setembro de 2019 que tinha sido aprovado e aceite na assembleia da AIBAP a 17 de dezembro de 2019 mas que nunca tinha ido ali para ser aprovado e como tal, o Município detinha a maior parte do capital da AIBAP e tinha que ir aquela assembleia portanto quando constatarem o fato, traziam agora ali para ser consumado. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria. -----

Submetido a votação foi aprovada por maioria, e com os votos contra dos Deputados do PS. -----

PONTO SEIS: Para apreciação, discussão e votação - Despacho suspensão da execução das ordens de demolição na área do Plano de Pormenor da

Videira Sul, em elaboração - Renovação adicional- 2025. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Câmara (PSD)**, explicou que em fevereiro de 2023 tinha sido assinado pelo então Presidente Raúl Almeida, um despacho que suspendia a execução das ordens de demolição para a Videira Sul, tinha sido entretanto iniciado o processo de revisão do PDM de Mira que tinha ido a Reunião de Câmara de 27 de março de 2024 e á Assembleia Municipal de 30 de abril de 2024, onde tinha sido renovado o referido despacho da suspensão. Estava ainda em curso o trabalho de elaboração do Plano de Pormenor da Videira e uma vez que a revisão do Plano Diretor Municipal ainda estava na fase final, onde a área da Videira Sul estava incluída, tinha toda a lógica que fosse renovado aquele despacho, que tivesse efeitos ainda a 16 de fevereiro de 2025 porque ainda podiam ser contempladas muitas situações que existiam pendentes na Videira Sul. Relativamente ao PDM cumpria-lhe dizer que tinham boas notícias, estava mesmo na fase final do documento onde muitas das situações seriam contempladas e regularizadas. Era uma área do concelho que tinha muitos problemas para resolver a nível da habitação, mas também da legalização, arriscou a dizer que entre 75% a 80% daquelas situações seriam contempladas para regularização. As restantes não seriam contempladas, mas enquanto não houvesse aquela decisão através do PDM impunha-se que houvesse o prolongamento do prazo para a suspensão das demolições. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria. -----

Submetido a votação foi aprovada por maioria, e com abstenção do Deputado do CHEGA e da bancada do PS. -----

PONTO SETE: Tomada de conhecimento - Assunção de compromissos plurianuais. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Câmara (PSD)**, explicou que os compromissos plurianuais eram aqueles que ultrapassavam o ano civil e cada vez que havia aquele compromisso que assumia mais do que aquele período tinha que ir ali à Assembleia Municipal. Tratava-se naquele caso do aluguer de equipamentos de cópia, de impressão e de digitalização, que ia desde 2025 até 2028, e tratava-se também do fornecimento de pellets para aquecimento da piscina municipal que ia até 2026. Tratava-se de um concurso público, no primeiro caso e no segundo caso de uma consulta prévia, tinha de ir ali à assembleia. Referiu que na altura das comemorações do 25 de abril estavam num período de luto pelo falecimento do Papa, em luto nacional tinham adiado o concerto que estava previsto para o dia 25 e iria ser no domingo 4 de maio pelas 18 horas, era gratuito, mas teriam de reservar bilhete, deixou o convite a todos.

ENCERRAMENTO -----

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

([Nome])

O 1.º Secretário

([Nome])